

09 FEV 2015

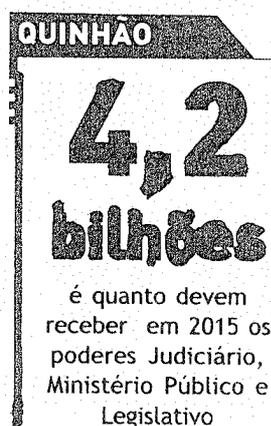
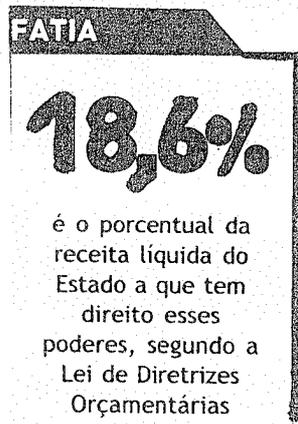
BEMPARANÁ

# Divisão de receita do Estado entre poderes volta à pauta

Ivan Santos **Crise financeira reacende discussão sobre modelo de repasse de verbas ao Legislativo e Judiciário**

A crise financeira reacendeu o debate sobre a divisão de receita entre os poderes do Estado. Os críticos do modelo atual, que prevê percentuais fixos da arrecadação para Judiciário, Legislativo e Ministério Público apontam que ele acaba estimulando esses poderes a gastarem mais, independente da necessidade, retirando recursos de áreas prioritárias, como saúde e educação. Os defensores alegam que essa fórmula garante a autonomia e independência entre os poderes, prevista na Constituição Federal como princípio básico do Estado de Direito.

No Paraná, atualmente, Legislativo, Judiciário e Ministério Público têm direito a 18,6% do que o Estado arrecada anualmente, excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. No Orçamento deste ano, os três órgãos têm previsto um repasse de quase R\$ 4,2 bilhões. Esse percentual é dividido em 9,5% para o Judiciário; 4,1% para o MP; e 5% para o Legislativo. Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, 1,9% cabe ao Tribunal de Contas. Em números absolutos, isso significa



mais de R\$ 1 bilhão para o Legislativo, sendo R\$ 636 milhões para a Assembleia e R\$ 402 milhões para o TCE, R\$2,3 bilhões para o Tribunal de Justiça e R\$ 857 milhões para o Ministério Público.

Os percentuais eram menores até 2010. Na época, MP tinha direito a 3,9% da receita, e o TJ outros 9%. Na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, primeiro ano do primeiro mandato da gestão Beto Richa, e com o apoio do então governador Orlando Pessuti (PMDB) – que assumiu o cargo em abril daquele ano após a renúncia de Roberto Requião (PMDB) para disputar o Senado, os deputados aprovaram não só o aumento dos percentuais de repasses para os outros poderes, como ainda fizeram outra mudança que teve alto impacto nas contas do Estado: a inclusão das verbas do Fundo

de Participação dos Estados (FPE) – transferidos pelo governo federal ao Paraná – na base de cálculo dessas verbas. Isso implicou em uma perda de mais de R\$ 400 milhões ao ano para o Executivo.

Em 2013, o então secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully (PSDB), alertou para o risco que essa fórmula representava para as contas públicas. Na ocasião, ele destacou que o aumento dos repasses para os poderes Judiciário e Legislativo, de R\$ 2,218 bilhões ou 8,84% da receita em 2011 para R\$ 2,9 bilhões ou 10,59% da receita em 2012. Segundo Haully, isso aconteceu em razão do aumento da base de cálculo das transferências obrigatórias para os dois poderes, aprovada pela Assembleia em 2010, ainda no governo Orlando Pessuti (PMDB).

De acordo com ele, na época o novo governo, ainda em processo de transição, chegou a pedir para que a medida fosse adiada, sem sucesso. “Agora não tem mais volta”, afirmou. No ano passado, na votação da LDO de 2015, o governo Beto Richa até tentou reverter a inclusão das verbas do FPE na base de cálculo dos repasses, mas a iniciativa foi rejeitada pelos parlamentares.

**CONTINUA**

09 FEV 2015

## BEMPARANÁ

### CONTINUAÇÃO

Alternativa \_\_\_\_\_

### Em São Paulo, Legislativo e Judiciário têm valor fixo

Ao contrário do que acontece no Paraná, no Estado de São Paulo, os poderes Legislativo e Judiciário não têm um porcentual da receita, mas sim um orçamento fechado, aprovado anualmente. É justamente essa fórmula a defendida pelo ex-deputado estadual e atual superintendente da Delegacia Regional do Trabalho do Paraná, Neivo Beraldin (PDT).

"Isso só tem uma solução prática. Na LDO, os deputados colocarem que os repasses entre os Poderes serão feitos através da apresentação das despesas. Não mais porcentual", diz Beraldin. "Eu acho que mudaria o modelo", afirma. "O mais lógico seria que os Poderes apresentassem a conta da folha de pagamento, do custeio. Aí a Fazenda repassaria para pagar essas despesas e outras mais que tivesse necessidade", explica.

Para Beraldin, a crise que se abate sobre o Estado pode ser uma oportunidade para levantar essa discussão. "Esse é um assunto que tem que ser repensado", aponta.

07 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

# TC propõe auxílio-moradia de R\$ 4 mil por mês a conselheiros

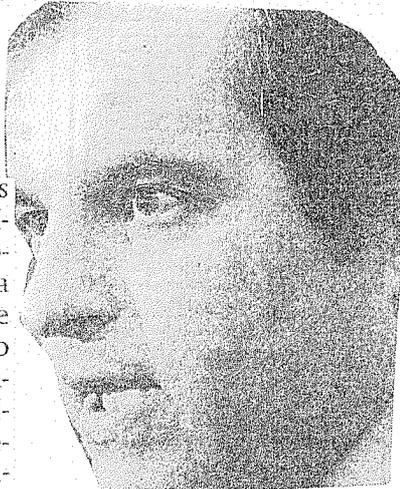
### TC pede auxílio mensal de R\$ 4 mil para primeiro escalão

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TC), Ivan Bonilha, deu início à tramitação do processo que propõe a criação de auxílio-moradia para todos os conselheiros, auditores e procuradores. O projeto de resolução prevê que cada um receberá o equivalente a 15% de seu salário mensalmente — R\$ 4 mil no caso dos conselheiros e do procurador-geral do Ministério Público de Contas

Rogério Waldrigues Galindo

O presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), conselheiro Ivan Bonilha, deu início à tramitação do processo que propõe a criação de auxílio-moradia para todos os conselheiros, auditores e procuradores da instituição. O projeto de resolução prevê que cada um receberá o equivalente a 15% de seu salário mensalmente. Assim como no caso do Judiciário, os beneficiários não precisarão comprovar gastos com moradia para receber os valores.

No caso dos conselheiros e do procurador-geral do Ministério Público de Contas, que têm salários de R\$ 26,5 mil, o benefício será de R\$ 4 mil por mês. Para os demais procuradores e para os auditores, que têm salários de R\$ 25,2 mil, o benefício será de R\$ 3,7 mil. No total, caso seja aprovado, o auxílio-moradia do Tribunal de Contas custará pouco mais de R\$ 81 mil mensais aos cofres públicos — o valor equivale a sete conselheiros, 3 auditores (há quatro outras vagas em aberto) e 10 procuradores (há



Ivan Bonilha, presidente do TC: isonomia com o Poder Judiciário.

uma vaga em aberto).

Por ano, quando todas as vagas hoje em aberto estiverem preenchidas, serão necessários R\$ 1,2 milhão para pagar todos os benefícios. Isso equivale a R\$ 48 mil para cada conselheiro e para o procurador-geral e a R\$ 45,4 mil para os demais beneficiados.

No projeto enviado para análise da diretoria jurídica, o presidente Ivan Bonilha, que tomou posse no cargo no mês passado, afirma que se trata de uma questão de isonomia com o Poder Judiciário, já que os desembargadores do Paraná (assim como os de todo o país, por resolução do Conselho Nacional de Justiça) passaram a receber o auxílio.

De acordo com a resolução, só não devem receber os funcionários que morem em residências oficiais (o que, no caso do TC, não é uma possibilidade, já que o órgão não tem imóveis residenciais); que morem com marido ou esposa que já recebam o mesmo benefício; ou que venham a ser postos “em disponibilidade por sanção disciplinar”.

O documento ainda está em tramitação no TCe, depois de ser aprovado pela diretoria jurídica e pelo Ministério Público de Contas, deve ser levado a votação pelo pleno do tribunal. Ainda não há data prevista para que o benefício comece a ser pago.

## ADESÃO AO PROTESTO

O Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas (Sindicontas) vai aderir aos protestos contra o governo do estado. O sindicato pede que o pacote de austeridades proposto pelo governo do estado não seja aprovado na Assembleia Legislativa antes de uma discussão ampla com o funcionalismo. Os funcionários do TC foram convocados a vestir uma camiseta preta e comparecer em frente ao tribunal às 9h30 de segunda-feira.

07 FEV 2015

GAZETA DO POVO

# Investimento do estado será de apenas 2% do orçamento

O contingenciamento de R\$ 11 bilhões, anunciado pelo governo do estado e publicado ontem em Diário Oficial, atingirá em cheio os investimentos paranaenses em 2015. Segundo a resolução, o governo investirá R\$ 415,2 milhões, este ano – apenas 1,9% do orçamento de 2015. O montante é doze vezes menor que aquele considerado ideal pelo secretário da Fazenda para um estado do porte do Paraná (R\$ 5 bilhões). As pastas mais afetadas com a decisão serão aquelas relacionadas à burocracia governamental, como Planejamento e Fazenda.

07 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## Com

# contingenciamento,

## Paraná prevê

# investir só 15% do

## estimado para 2015

Investimentos estão previstos em R\$ 415,2 milhões. Para secretário da Fazenda, um estado como o Paraná deveria aplicar em torno de R\$ 5 bilhões ao ano

*Euclides Lucas Garcia*

O governo do Paraná publicou ontem, em Diário Oficial, a resolução que determina o contingenciamento de R\$ 11 bilhões para o orçamento deste ano. Com a medida, as estruturas do Executivo terão um teto para gastar e perderão recursos ao longo de 2015.

Os dados mostram que os graves problemas financeiros do estado atingirão em cheio os investimentos para este ano, que estão previstos em 1,9% do orçamento reestimado (R\$ 415,2 milhões). Na lei orçamentária original, estavam estipulados investimentos de R\$ 2,9 bilhões.

Desde que assumiu o cargo, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, tem afirmado que um estado como o Paraná deve investir em torno de R\$ 5 bilhões anuais.

O valor previsto para este ano equivale a um investimento de R\$ 37,20 por paranaense contra uma previsão de cerca de R\$ 1.175 por habitante para gasto com pessoal.

### Medidas

A resolução se soma a 13 medidas previstas em dois projetos de lei enviados nesta semana à Assembleia Legislativa, que mexem na remuneração de servidores e na previdência estadual. Por meio dela, a Fazenda estabeleceu cotas trimestrais de repasse para cada secretaria – de recursos do tesouro e próprios de cada área –, em valores menores que os estabelecidos na Lei Orçamentária Anual para 2015. Segundo regras em vigor desde 1.º de janeiro, caso precise de valores adicionais, o secretário em questão terá de apresentar a Costa uma justificativa. Somente ele poderá liberar um acréscimo de caixa.

Entre as pastas mais afetadas com a decisão estão o Planejamento e a Fazenda. Na contramão, a Casa Civil, de caráter eminentemente político, terá um aumento de quase 50% no orçamento. Pelos números, é possível perceber também que o Executivo procurou preservar a verba destinada aos serviços públicos mais essenciais, como saúde, educação e segurança.

### Baixo investimento

São os investimentos que garantem a construção de escolas, estradas, hospitais e a compra de máquinas e equipamentos. Se o montante destinado a investir é reduzido, a maior parte do orçamento é gasta no custeio da máquina.

Segundo a resolução da Secretaria da Fazenda, por exemplo, quase 60% do orçamento reestimado será utilizado no pagamento de pessoal. O índice supera o limite máximo de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal porque o governo deixou de fora do contingenciamento receitas que entrarão no caixa ao longo do ano – como empréstimos, convênios e repasses não-obrigatórios –, o que diluirá esse porcentual.

O mesmo vai ocorrer com a pasta do Desenvolvimento Urbano, que depende essencialmente desse tipo de recursos e, neste primeiro momento, perdeu 98% do orçamento para 2015.

**CONTINUA**

07 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### PÊNO FREIO

Governo do Paraná determinou um limite máximo de gastos por secretaria para 2015, mesmo o valor previsto em orçamento sendo maior. Despesas com investimentos não chegarão a 2% do total.

#### OS CORTES

Órgão/secretaria	Orçamento previsto para 2015 R\$ milhões	Quanto foi cortado	Quanto poderá ser utilizado em 2015 (Limite de gastos, em R\$ milhões)
Desenvolvimento Urbano	492	90%	11
Justiça	643	90%	128
Planejamento	101	75%	25
Fazenda	11.889	75%	2.962
Trabalho e Desenvolvimento Social	575	72%	161
Defensoria Pública	140	60%	44
Casa Militar	40	65%	14
Comunicação Social	77	65%	27
Infraestrutura	655	50%	326
Escritório de Represent. em Brasília	0,5	40%	0,3
Esporte e Turismo	53	37%	33
Agricultura	566	31%	392
Administração	2.978	25%	2.234
Procuradoria Geral	120	19%	97
Cultura	86	18%	71
Saúde	4.368	17%	3.632
Controladoria Geral	4,1	16%	3,5
Ciência e Tecnologia	1.647	8%	1.522
Segurança Pública	2.581	7%	2.410
Educação	6.347	5%	6.002
Meio Ambiente	242	-	254
Casa Civil	272	-	404

— Nenhum corte. Os dois órgãos tiveram limite aumentado.

#### COMPARAÇÃO

	Gastos com pessoal	Investimentos
Teto para 2015 (em R\$ bilhões)	13,115	0,415
% do teto para 2015*	59,8	1,9
Valor por habitante R\$**	1.175	37

\*O limite máximo para gastos com pessoal é 49%. Esse índice de 59,8% deve cair, porque o Executivo não contabilizou receitas que entrarão no caixa do longo do ano, como empréstimos, convênios e repasses não-obrigatórios.

\*\*A população do Paraná em 2015 está estimada em 11.163.018 habitantes.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CORTES

07 FEV 2015

## Associação vai à Justiça para garantir recursos da Defensoria Pública

▮ A Associação Nacional dos Defensores Públicos vai entrar com uma reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o governo do Paraná por suposto descumprimento de duas liminares que garantem autonomia institucional e financeira à Defensoria Pública do Paraná.

Por meio de resolução publicada no Diário Oficial de ontem, o Executivo estadual limita em R\$ 43,9 milhões o orçamento de 2015 da Defensoria, dentro do pacote de contenção de despesas anunciado pela Secretaria da Fazenda. De acordo com o STF, porém, o órgão é autônomo e tem direito a usar todos os R\$ 140 milhões previstos no orçamento deste ano.

Em duas liminares concedidas no mês passado, o STF proibiu o governo de remanejar R\$ 90 milhões da Defensoria para as secretarias de estado. Além disso, suspendeu os efeitos da lei que afetava a autonomia financeira do órgão, a escolha do defensor-geral e a nomeação de aprovados em concurso.

A resolução nº 25 da Secretaria da Fazenda, no entanto, estabeleceu um teto orçamentário para todas as pastas, incluindo a Defensoria. Em tese, no entanto, como goza de autonomia em relação ao Executivo, o órgão deveria ser tratado como os poderes do estado, que não são afetados pela medida.

Dos R\$ 43,9 milhões estipulados como teto orçamentário para a Defensoria, R\$ 32,7 milhões poderão ser usados para pagamento de pessoal e os outros R\$ 11,2 milhões, para custeio estrutural. Segundo a Defensoria, isso pode implicar no fechamento imediato de 21 dos 22 pontos de atendimento.

### Outro lado

A Secretaria da Fazenda informou que "a Defensoria Pública é um órgão do Poder Executivo e, como tal, está sujeita ao cumprimento de todas as leis, inclusive a de Responsabilidade Fiscal, que determina o contingenciamento de despesas quando a receita reestimada está abaixo da prevista na lei orçamentária, como é o caso". (ELG)

07 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### Bocafechada

O fotógrafo e ex-assessor da governadoria do Paraná Marcelo "Tchello" Caramori foi conduzido, ontem, da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), onde está preso, até a sede do Ministério Público para prestar depoimento nas investigações sobre a suposta participação dele em casos de exploração sexual de menores. Porém, sob orientação do advogado **Leonardo Vianna (foto)**, permaneceu calado e não respondeu a nenhuma pergunta. No caso de Caramori, o pedido de prisão preventiva foi embasado em quatro depoimentos de garotas que confirmaram terem sido contratadas pelo fotógrafo. Ele foi exonerado do cargo que ocupava no governo do estado.



#### Por falar nisso...

O deputado estadual Requião Filho (PMDB) solicitou à Casa Civil informações sobre a função exercida por Caramori no governo. "Quero entender quem nomeou este fotógrafo, a quem ele respondia, o que realmente fazia em Londrina e se tinha um telefone ou um carro do governo à disposição", disse.

07 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## Desvio na Repar

### chegaria a R\$ 85,9 mi

Dinheiro desviado das obras na refinaria teria sido usado para pagar propina a ex-diretores da Petrobras e a partidos

| Amanda Audi

¶ Pelo menos R\$ 85,9 milhões teriam sido desviados de obras da refinaria Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, para pagamento de propina. Metade desse total, ou cerca de R\$ 43 milhões, teria servido para engordar os cofres do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os detalhes constam da planilha com cerca de 87 contratos que foram alvo de corrupção que o ex-gerente de Serviços da Petrobras Pedro Barusco entregou à Justiça quando fechou acordo de delação premiada. O documento, que estava sob sigilo, foi divulgado na quinta-feira.

Os três contratos da Repar que aparecem na planilha foram fechados entre 2009 e 2010, com os consórcios Skanska/Engevix (formado

pelos empresas de mesmo nome), Conpar (Odebrecht, UTC e OAS) e Interpar (Setal, Mendes Júnior e MPE). Eles somam, em valores globais, R\$ 5 bilhões.

Organizado, o ex-gerente alimentava periodicamente a tabela relacionando os contratos fechados com a estatal, o porcentual que seria desviado, como o dinheiro seria dividido e o nome dos executivos tratados como “contato” nas empresas.

No caso da Repar, os três contratos teriam tido o mesmo tipo de divisão. Do total, 1% dos recursos iria para o ex-diretor da área de Abastecimento, Paulo Roberto Costa — que em seguida dividia o dinheiro entre ele, o doleiro Alberto Youssef e políticos do Partido Progressista (PP), segundo as investigações.

O outro 1% seria dividido entre o PT. Metade iria para João Vaccari Neto, tesoureiro do partido, e o restante para a “Casa”, em uma referência à diretoria de Serviços da Petrobras, comandada por Renato Duque, que foi indicado ao posto pelo PT, e pelo braço-direito Barusco.

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou indícios de superfaturamento nos três

contratos citados da refinaria paranaense. No caso do consórcio Skanska/Engevix, o sobrepreço foi rejeitado após as empresas apresentarem novos comprovantes. Nos outros dois, o processo ainda está em trâmite.

O documento de Barusco mostra contratos fechados entre 2003 e 2011, compreendendo os dois governos do ex-presidente Lula e o primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff. Os acordos, no total, representam R\$ 47,1 bilhões e US\$ 12,92 bilhões.

Além da Repar, são elencadas outras 23 obras da Petrobras. Entram na lista as refinarias de Abreu e Lima, Paulínia (Replan), o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), além de gasodutos, plataformas e construções ligadas à exploração de pré-sal.

Os relatos de Barusco na delação premiada motivaram a última fase da Operação Lava Jato, batizada de “My way”, deflagrada na quinta-feira. Ele citou nomes e revelou que o PT teria recebido entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões em propina pelos contratos relacionados por ele. O dinheiro seria repassado inclusive em doações eleitorais.

CONTINUA

07 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## PROPINA

## CONTINUAÇÃO

Veja os contratos da Repar que aparecem na planilha apreendida com Pedro Barusco:

EMPRESA	NOME DO PROJETO	DATA	VALOR	%	DIVISÃO	AGENTE	CONTACTO EMPRESA	DATA DOC
Repar	Propina da Repar	15/3/07	R\$5 724.998.477,13	2	IPR 0,5 Part 0,5 Casa	Milton Paschocki	Edson Almada	19/3/10
Odebrecht	Carteira de Coque e HDT de Diázel Repar Consórcio CDNPAR	31/8/07	R\$5 1.821.012.130,93	2		Rogério Araújo	Rogério Araújo	26/6/09
Seta/Mendes	Gasolina Coque HDT DEPAR	14/5/10	R\$5 2.252.710.536,05	2	IPR 0,5 Part 0,5 Casa	Mário Goes	Augusto Mendonça Alberto Vilaga Carlos Maurício	14/5/10

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## OUTROLADO

### PT nega acusações e fala em entrar na Justiça contra as "mentiras"

A Gazeta do Povo não conseguiu entrar em contato com as empresas citadas na matéria até o fechamento desta edição. Em ocasiões anteriores, as empreiteiras negam irregularidades e afirmam que estão colaborando com as investigações. Em nota, o PT afirmou que o

"partido recebe apenas doações legais e que são declaradas à Justiça Eleitoral". Ainda segundo o partido, as alegações de propina divulgadas esta semana "têm como principal característica a tentativa de envolver o partido em acusações, mas não apresentam provas nem sequer indícios de irregularidades e, portanto, não merecem crédito".

O texto termina dizendo que "os acusadores serão obrigados a responder na Justiça

pelas mentiras proferidas contra o PT".

Também em nota, a defesa de João Vaccari Neto voltou a negar irregularidades e disse que "somente recebe contribuições legais ao partido, em absoluta conformidade com a Lei, sempre prestando as respectivas contas às autoridades competentes."

A Petrobras foi procurada pela reportagem para comentar o assunto, mas também não respondeu até o fechamento desta edição. (AA)

» FUNCIONALISMO

GAZETA DO POVO

# Projeto “decreta a morte” da Parana previdência, diz idealizador do órgão

Poupança de R\$ 8 bilhões dos futuros aposentados será comprometida com o pagamento dos servidores inativos de hoje

Euclides Lucas Garcia

■ A Parana previdência está morta. A afirmação é de Renato Follador, um dos idealizadores do órgão criado em 1998. Na última quarta-feira, o governo do estado enviou projeto de lei à Assembleia Legislativa que unifica os dois principais fundos do órgão e, assim, libera o Executivo para usar uma “poupança futura” de R\$ 8 bilhões de um deles para pagar a folha dos atuais inativos do estado. Em um governo que tem enfrentado dificuldades para quitar a folha de ativos, o risco que se corre é zerar esse saldo da previdência no curto prazo e ameaçar também o pagamento das aposentadorias.

De acordo com os dados mais recentes, de novembro do ano passado, a Parana previdência paga R\$ 497 milhões por mês a mais de 106 mil aposentados e pensionistas. Para isso, os beneficiários contribuem com 11% da remuneração, enquanto o Executivo deveria entrar com uma contrapartida igual ao montante arrecadado do funcionalismo

— o projeto de lei prevê aumentar o percentual governamental para 22% até 2016. Essa obrigação financeira do estado, porém, foi descumprida em vários momentos por diferentes governos.

Apesar disso, o Fundo Previdenciário, que serve como uma poupança para pagar futuros aposentados, é superavitário e tem hoje R\$ 8 bilhões em caixa. Paga apenas 14% dos inativos, que se aposentaram após a criação da Parana previdência, no governo Jaime Lerner. Por outro lado, o Fundo Financeiro, responsável por pagar a maior parte dos aposentados, que deixaram o governo em anos anteriores, tem um furo mensal de R\$ 250 milhões.

Com a fusão dos fundos, o Executivo poderá usar o dinheiro da “poupança” para todos os inativos, cobrindo o furo. Num cálculo simples, todo o montante terá desaparecido em 2 anos e 8 meses, ainda no mandato do governador Beto Richa. Isso derruba por terra a previsão inicial de fazer com que a Parana previdência se tornasse autossuficiente em 2033 — ano a partir do qual o governo não precisaria mais aportar recursos no fundo.

## Análise

Para Follador, ao economizar o montante que destina hoje a aposentados e pensionistas e a gastar a poupança previdenciária para esse fim, o governo vai agravar ainda mais o problema. “Se hoje não tem dinheiro para pagar a fo-

lha, imagine daqui a três anos quando houver mais 20 mil aposentados. O fundo estará zerado e vão tirar dinheiro de onde? Tenho pena do futuro governador, porque essa medida vai comprometer totalmente as finanças do estado.”

Classificando a medida como uma volta ao passado, ele afirma que o Paraná está reproduzindo o modelo do INSS, que quebrou a previdência brasileira ao usar a contribuição dos servidores para pagar a despesa corrente com inativos. Follador alerta que o valor das aposentadorias pagas pelo INSS caiu de 20 salários mínimos na década de 1970 para os atuais 5,9 salários. Nesses casos, a saída é aumentar a contribuição, reduzir as aposentadorias ou mesclar as duas opções. Como o limite de 11% do benefício já foi atingido no Paraná, só restará diminuir os benefícios.

“Vão comprometer todas as futuras aposentadorias com uma solução rasteira, quando poderiam ter descido do pedestal e buscado o auxílio de gente de dentro do próprio estado que ajudaria a encontrar uma solução inteligente e mais moderna.”

**CONTINUA**

08 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

**“Tenho pena do futuro governador, porque essa medida vai comprometer totalmente as finanças do estado.”**

Renato Follador, um dos idealizadores da Parana Previdência, no governo de Jaime Lerner.

### SUCESSÃO DE ERROS

**Proposta original previa que em 2033 o estado não gastaria mais com aposentados**

Quando a Parana Previdência foi idealizada em 1998, Renato Follador estimava que em 35 anos (até 2033, portanto) a previdência estadual conseguiria arcar com 100% do pagamento de benefícios de inativos, liberando o estado da sua cota de contribuição. A ideia, no governo Lerner, era fazer com que a contribuição dos funcionários fosse sendo depositada em um fundo que tivesse unicamente a função de pagar os inativos – um fundo de capitali-

zação. Ao longo dos anos, porém, o governo deixou de recolher boa parte das suas obrigações, houve falta de repasses de títulos e imóveis, e a cobrança dos inativos acabou cancelada durante a maior parte do tempo – só foi retomada parcialmente em 2015 (só pagam a contribuição os inativos que recebem acima de R\$ 4,7 mil mensais).

Como resultado dessa sucessão de erros, o “rombo” ou déficit técnico – diferença entre o que se tem e o que seria necessário para pagar os benefícios futuros – foi calculado em R\$ 7,3 bilhões em 2012. Justamente para contornar esse problema, o governo estabeleceu um

novo plano de custeio da Parana Previdência no primeiro mandato do governador Beto Richa (PSDB). Agora, em menos de dois anos, o Executivo admite que a mudança foi equivocada. “Com o número crescente de aposentados, que também estão vivendo cada vez mais, chega um momento em que não se tem mais receita para pagar a totalidade dessa despesa”, afirma Follador. “Por isso, com dois fundos, a Parana Previdência teria um processo de transição em que, após 35 anos, o governo não precisaria aportar mais nenhum centavo. Isso deu tão certo que o órgão tem R\$ 8 bilhões em caixa.” (ELG)

### COMPLEMENTO

Para aliviar ainda mais sua responsabilidade previdenciária, o governo do estado criará um regime de previdência complementar, estabelecendo o teto do INSS (R\$ 4.663,75 atualmente) como máximo para as aposentadorias dos servidores. A regra valerá apenas para quem ingressar no serviço público após a vigência da lei. O servidor contribuirá com os 11% do teto previdenciário e mais 7,5% para complementar o valor integral que recebe na ativa. A adesão ao fundo será opcional. Funcionários de outros poderes e de municípios também poderão aderir.

### FUTURO SOMBRIO

Para Renato Follador, unificando os fundos da Paraprevidência, o governo vai reproduzir no estado o modelo do INSS, ao usar a contribuição dos servidores para pagar a despesa corrente com inativos. A consequência é que o valor das aposentadorias diminuiu ano a ano:

#### DÉCADA DE 1970

O atual INSS (que teve vários outros nomes ao longo dos anos) chega a pagar aposentadorias de até 20 salários mínimos.

#### DÉCADA DE 1980

O valor cai para 15 salários.

#### DÉCADA DE 1990

Os benefícios máximos chegam a 10 salários mínimos

#### ANOS 2000

Passa-se a pagar 7,5 salários mínimos.

#### HOJE

Nenhum aposentado ganha mais do que 5,9 salários mínimos.

#### PROJEÇÃO PARA 20 ANOS

O INSS deverá pagar no máximo 3 salários.

08 FEV 2015

## GAZETA DO POVO

# O pacote do governo estadual

Medidas para sanar o caos nas finanças do Paraná são realmente duras, mas razoáveis e sinalizam um tratamento mais sério das contas públicas do estado

O governo do Paraná apresentou nesta semana um pacote de medidas para tentar colocar as contas do estado em ordem. O plano é composto por 13 pontos divididos em dois projetos de lei para aumentar a receita e diminuir os gastos. Na tentativa de aumentar a receita, o plano prevê a criação de um programa para o parcelamento de dívidas já existentes com ICMS e IPVA e uma campanha para incentivar as pessoas a pedirem nota fiscal, o Nota Fiscal Paranaense, programa similar ao implantado pelo estado de São Paulo.

Também foi anunciado o contingenciamento de 25% do orçamento de 2015, ou seja, dos R\$ 44 bilhões da receita do estado, R\$ 11 bilhões serão “congelados”, afetando todas as secretarias. Serão mantidos apenas o pagamento da folha salarial, destinações mínimas obrigatórias, o pagamento de precatórios e as transferências legais de recursos para os outros poderes estaduais. O contingenciamento evitará que despesas sejam feitas antes que a arrecadação prevista na lei orçamentária se confirme.

São medidas realmente duras, mas razoáveis e que sinalizam um tratamento mais sério das contas públicas do estado. Algumas propostas, por exemplo, acabam com benefícios pouco justificáveis sob a ótica da meritocracia, como a gratificação por tempo de serviço (quinquênio), que não existe no governo federal desde 1999 e foi extinta de várias carreiras no estado, como Emater e Polícias Civil e Militar. Isso vale apenas para novos servidores, ou seja, quem já recebe não perderá nada.

Será cortado ainda o vale-transporte para servidores da educação que estiverem afastados do trabalho. Hoje mesmo funcionários licenciados continuam a recebê-lo, o que não é razoável, uma vez que legalmente o benefício deve ter caráter indenizatório e não remuneratório. Para aumentar o número de professores nas escolas e diminuir a necessidade de contratação de novos profissionais, 12 mil professores que estavam em funções administrativas ou em licença devem voltar para as salas de aula.

Por outro lado, o pacote traz a previsão de aumento nos recursos destinados à ciência e tecnologia, o que no longo prazo deve impactar positivamente no desenvolvimento do estado. Outra medida é a melhoria do sistema de gerenciamento das universidades estaduais, incluindo as folhas de pagamento das universidades na mesma base de dados dos demais servidores públicos do estado.

O que é lamentável é perceber que a deterioração das contas públicas que levou à suspensão de pagamentos — para pagar os salários de janeiro, por exemplo, o governo precisou de R\$ 152 milhões de outros poderes do estado — e abriu caminho para a elaboração do pacote foi muito mais intensa do que o próprio governador se dava conta, algo compreensível em inícios de mandato, mas injustificável após quatro anos à frente do estado. É pena que se tenha demorado tanto tempo para perceber com clareza a necessidade de ações enérgicas e firmes para recuperar o equilíbrio das contas públicas e retomar os investimentos.

O anúncio do pacote de maneira intempestiva, sem que a sociedade tivesse sido preparada para recebê-lo, é outro ponto a lamentar. O governo deveria tornar pública, de forma clara e sem atenuantes, a real situação financeira do Paraná. Uma vez que parece haver comprometimento com a ideia de sanar as contas públicas — o governador Beto Richa já disse estar disposto a pagar o preço do eventual desgaste político por causa do pacote —, que se compartilhe em detalhes a situação do estado e o significado econômico de cada uma das propostas apresentadas. Será um passo importante para conseguir o apoio da população, fundamental para que as medidas sejam implantadas com tranquilidade e possam reverter o caos nas contas públicas.

# Professores aprovam greve na rede estadual

A confirmação da greve consolida uma crise na educação estadual, que estava em ebulição nas duas últimas semanas

*Felippe Aníbal*

Professores e funcionários da rede estadual de ensino do Paraná aprovaram por unanimidade, na manhã deste sábado (07), uma greve por tempo indeterminado. Com isso, os docentes não irão às salas na próxima segunda-feira (9), quando começaria o ano letivo. Mais de 2,1 mil escolas ficarão sem aulas, afetando os 950 mil alunos matriculados na rede.

“A paralisação foi definida por conta do caos que se instalou com os cortes promovidos pelo governo do estado e com a proposta de suprimir direitos dos professo-

res, conquistados historicamente”, disse Luiz Fernando Rodrigues, diretor de comunicação da APP-Sindicato, que representa a categoria. A assembleia foi realizada em Guarapuava, com a participação de cerca de 5 mil servidores da educação.

A confirmação da greve consolida uma crise na educação estadual, que estava em ebulição nas duas últimas semanas, por conta de medidas de contingência determinadas pelo governo do estado. Entre elas, estão o corte de funcionários das escolas (10 mil servidores foram demitidos, segundo o sindicato); o calote em parcelas do ano passado do fundo rotativo (dinheiro destinado à manutenção das escolas e compra de materiais); e atraso no pagamento do terço de férias dos docentes e da rescisão dos 29 mil professores temporários que trabalharam na rede no ano passado.

A gota d’água, no entanto, foi o “pacotão” enviado pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia Legisla-

tiva na última quarta-feira. A proposta prevê a extinção dos quinquênios e torna mais difícil a retirada de licenças (que passam a ser aprovadas diretamente pelo secretário de Educação). A medida também promoveu cortes no vale-transporte e amplia a contribuição para a aposentadoria.

## Acampamento

Para tentar impedir a aprovação do “pacotão”, os professores devem levantar um acampamento em frente à Assembleia Legislativa nesta semana. Outras manifestações devem ocorrer, paralelamente, em todo o estado. A intenção da categoria é detalhar à população o impacto que os cortes causam à educação do estado.

“A categoria, em peso, vai tentar impedir que essas propostas absurdas sejam votadas na Assembleia. O ‘pacotão’ tenta acabar com direitos que os professores levaram mais de 60 anos para conquistar”, destacou o diretor de comunicação da APP. Alguns professores devem ir às escolas, mas apenas para explicar a pais de alunos os motivos pelos quais a greve foi deflagrada pela categoria.

**CONTINUA**

08 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Em entrevista coletiva realizada na sexta-feira, o secretário de Estado da Educação, Fernando Xavier Ferreira, demonstrava esperança de que os professores não optassem pela paralisação. Apesar disso, ele havia dito que não haveria um "plano b" em caso de greve. "A secretaria vive do trabalho dos professores. Se eles tomarem a decisão de greve, não poderemos tomar uma medida emergencial", disse.

Procurado pela reportagem, o governo do estado disse que se manifestaria através de uma nota. No entanto, até o fechamento da edição, ela não havia sido emitida.

## 3,1 MIL

escolas ficarão sem aulas, afetando os 950 mil alunos matriculados na rede. Mais de 5 mil professores participaram da assembleia geral da APP-Sindicato em Guarapuava.

**"A paralisação foi definida por conta do caos que se instalou com os cortes promovidos pelo governo do estado e com a proposta de suprimir direitos dos professores, conquistados historicamente"**

Fernando Rodrigues, diretor de comunicação da APP-Sindicato.

CONTINUA

08 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Colégio fica sem o fundamental noturno

¶ Foi pouco depois da eleição de 2014 que a direção da Escola Estadual Padre Cobalchini, que fica em Santa Felicidade, em Curitiba, soube que as turmas do ensino fundamental noturno seriam encerradas. Desde então, o trabalho é árduo para tentar mudar a decisão da secretaria de educação.

A principal preocupação dos professores da escola é o futuro dos alunos. "Fechar a escola é uma judiação, porque é a única da região que oferece esse ensino [noturno]", desabafa uma professora que preferiu não se identificar. A escola atende à comunidade de Três Pinheiros, que é uma área de invasão

bastante carente da região.

Por ali passam estudantes que não se adequam às turmas regulares. Muitos têm envolvimento com drogas, problemas na família, precisam trabalhar ou têm dificuldade em acompanhar uma turma tradicional, seja por demandarem mais atenção ou por problemas de relacionamento com os colegas.

O trabalho com esses alunos é diferente, com plano de atividades específico e incentivo para que não desistam de estudar. "É um trabalho bonito, individualizado, porque são alunos que não conseguem frequentar os outros turnos", diz outra professora. Estava dando certo: a escola tinha até fila de espera para novas matrículas. Agora, resta incerteza se será possível reverter a situação e manter o ensino noturno. (FT)

### MP diz que reduzir oferta de turno viola a Constituição

¶ O Ministério Público do Paraná (MP-PR) tem acompanhado a situação de fechamento de escolas, turnos e turmas, mas atua de forma isolada em determinados casos. Em Curitiba, uma escola, a Emiliano Perneta, já tem um procedimento de investigação aberto. Outra, a Padre Cobalchini, também deve seguir nesse caminho. Ambas tiveram o turno noturno encerrado. No interior, algumas promotorias ingressaram com ações, como em Toledo.

A ação civil pública contra o estado tenta garantir a matrícula de alunos no tur-

no matutino do 3.º ano do ensino médio no Colégio Estadual São Pedro, de São Pedro do Iguaçu, na Região Oeste. A promotoria pede que a Justiça determine que o estado adote as medidas necessárias para garantir a matrícula antes do início do ano letivo, e também a vedação de medidas que reduzam ou eliminem a oferta de turnos nas unidades de ensino da cidade.

Durante a investigação administrativa, o governo do estado alegou que a extinção do turno se devia a uma adequação por causa da demanda reduzida. Para o MP-PR, essa diminuição viola o "princípio da proibição de retrocesso social". O entendimento é de que como a educação é um direito fundamental, garantido pela Constituição, é vedado tomar qualquer iniciativa que prejudique esse direito. (FT)

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

# 08 FEV 2015

## REDE ESTADUAL

### Mudança na gestão do ensino fecha turnos e turmas

Diego Antonelli e  
Fernanda Trisotto

Muitas escolas estaduais do Paraná foram surpreendidas com comunicados da Secretaria de Estado de Educação (Seed), enviados entre o fim de 2014 e o início de 2015, informando sobre o fechamento de turmas e turnos. Neste período, segundo informações do secretário da Educação, Fernando Xavier Ferreira, foram fechadas 2,5 mil turmas – passando de 38 mil para 35,5 mil. A pasta afirma que esse trabalho de organização de turmas na educação básica é rotineiro para o setor de planejamento, e está atrelado ao número de matrículas e às dinâmicas populacionais de algumas regiões do estado. Para os professores e o sindicato da categoria essas mudanças, na verdade, significam corte de custos e vão impactar na queda na qualidade de ensino. Alertado em alguns casos pontuais, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) acompanha a questão.

#### Readequação

Na última sexta-feira, o secretário classificou a medida como uma readequação estrutural. Na prática, dizem os professores, a consequência será salas de aula superlotadas. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) diz que recebeu informações de turmas com mais de 50 alunos matriculados. "Fecham turmas, mas o número de alunos continua o mesmo. A superlotação é uma realidade", afirma a secretária de finanças do sindicato, Marlei Fernandes.

Segundo ela, não há condições de dar aula nessa situação.

"Com as turmas abarrotadas de alunos o aprendizado torna-se impossível. Há ainda o risco de o professor adoecer devido ao volume de trabalho que terá." Segundo a norma da Seed, o número máximo de alunos por turma para os 6.º e 7.º anos, por exemplo, é de 30. Para os 8.º e 9.º anos é permitido até 35 estudantes, e para o ensino médio é possível ter até 40 alunos.

Realidade oposta ao que vive, por exemplo, a diretora do Colégio Estadual Visconde de Guaruapuava, Márcia de Oliveira. "Com menos turmas, tenho fechado salas de 6.º ano com 40 alunos", revela. Para a assessora educacional da APP-Sindicato, Juliana Barbosa, a decisão em reduzir as turmas é unilateral. "As políticas de fechamento de turma e redução de gastos não estão passando por processos oficiais, só por determinação e decreto."

#### Diálogo

De acordo com ela, a demora do governo estadual em estabelecer diálogo com os professores tem impacto direto na qualidade do ensino. "O novo secretário de Educação desconhece o sistema educacional. A gente imagina que essa demora em dialogar pode ser até ele tomar pé da situação. Se não é isso, [é porque] ele é uma pessoa com perfil que não se importa com o processo, e sim com o resultado: cortar custos. A educação sofre uma precarização sem precedentes", desabafa Juliana.

08 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

COLONA DO LEITOR

## MENSALÃO

### Por prisão domiciliar, João Paulo Cunha devolve dinheiro

O ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP) devolveu à União os R\$ 536 mil que desviou dos cofres públicos. Cunha foi condenado, no processo do mensalão, a 6 anos e 4 meses de prisão por peculato (desvio de dinheiro público) e corrupção. Com a devolução, ele espera obter o direito de cumprir o restante de sua pena em prisão domiciliar. Cunha havia tentado progredir de regime sem devolver o dinheiro, o que foi negado pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso.

## LAVAJATO

### Janot vai aos EUA acompanhado de grupo de procuradores

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, viajou neste fim de semana para os Estados Unidos acompanhado de um grupo de procuradores que atua na investigação Lava Jato. Oficialmente, o procurador participará de reuniões com o Banco Mundial, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a Agência Federal de Investigação (FBI) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Não está descartada, porém, a busca por documentos que ajudem na investigação da Petrobras.

## Corte de gastos 1

O problema é que o governo do Paraná está tirado verba da saúde, segurança e, principalmente, da educação. Se quer economizar, reduza os salários dos políticos, acabe com o auxílio-moradia dos juízes, e corte cargos de confiança. Não, o sol não nasce para todos. É fácil tirar benefícios de militares – que pela sua postura não podem reclamar –, dos professores, e da saúde. Dinheiro tem de sobra, mas há incompetência para administrá-lo.

Joselino Schindwein Junior

## Corte de gastos 2

Enquanto o governo federal prejudica o trabalhador ao não corrigir o IR; o estadual ajusta as contas – que na eleição estavam equacionadas. Reajustou em 40% o IPVA, a alterou as regras da aposentadoria, sem distinção de tempo. Há ainda a ausência de um plano de saúde digno para a classe que deveria ter o respeito de todos. O que o professor se tornou nesse país?

Melissa Oliveira

## Corte de gastos 3

O governo do estado está depreciando toda a categoria de servidores públicos do Paraná, principalmente os professores. Há vários gastos incompatíveis e desproporcionais para um estado em crise financeira: aumento do salário do governador, do secretariado e repasse para os outros poderes.

Marcelo Adriano Cezalato

09 FEV 2015

GAZETA DO POVO

# Governo enfrenta crise, mas vizinhos têm dinheiro sobrando

**Sobra dinheiro, mas governo não muda repasse**

Enquanto o Poder Executivo recorre a medidas amargas para ajustar o caixa, sobra dinheiro no MP, Judiciário, TC e Assembleia, algo estimado em R\$ 470 milhões. Apesar disso, o governo não pretende mudar medidas de repasse.

Poder Executivo, embora endividado, repassa mais dinheiro do que o necessário para MP, Judiciário, TC e Assembleia

Chico Marés

Enquanto o governo do estado recorre a medidas amargas para ajustar o caixa, sobra dinheiro nos outros poderes do estado. Apenas no ano de 2013, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas (TC) e o Ministério Público (MP) tiveram um “excesso de caixa” estimado em cerca de R\$ 470 milhões. Apesar disso, o governo diz que não pretende mudar estruturalmente o montante repassado aos outros poderes.

A Assembleia é o poder no qual o excesso de arrecadação é mais notável. Entre 2011 e 2014, a Assembleia recebeu R\$ 1,8 bilhão, mas gastou “somente” R\$ 1,2 bilhão — ou seja, teve um excesso de receitas de 33%. Entretanto, ao contrário do que ocorreu em outros poderes, os R\$ 600 milhões que sobraram foram devolvidos ao governo do estado.

OTC deixou de usar cerca de 16% de seu orçamento entre os anos de 2012 e de 2014 — não havia informações no site sobre 2011. A sobra total foi de R\$ 150 milhões. Segundo a instituição, os recursos que sobram são revertidos para um fundo, cujo saldo atual é de R\$ 31 milhões.

Já o Judiciário teve um orçamento total, nos últimos quatro anos, de R\$ 7,9 bilhões, mas deixou de usar R\$ 834 milhões (pouco mais de 10% do orçamento). Segundo o TJ, nem todas as receitas previstas no orçamento chegaram a ser realizadas, e não houve, de fato, sobras de recursos.

No Ministério Público, apenas os dados de 2013 estão disponíveis. Naquele ano, sobraram R\$ 45 milhões — 7% do orçamento. A assessoria de comunicação não soube informar a destinação das sobras orçamentárias.

## Ajuda

Para pagar a folha de janeiro, o governo recorreu a esse dinheiro extra dos outros poderes. Ao todo, as quatro instituições repassaram R\$ 152 milhões. A maior parte veio do TC: foram R\$ 115 milhões.

Essa ajuda foi uma medida emergencial. Entretanto, o governo do estado poderia reduzir seus repasses pela da

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, de duas formas. A mais simples seria retirar a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da base de cálculo. Até o exercício de 2010, essa transferência do governo federal não era considerada para calcular o montante destinado aos outros poderes. Sua inclusão fez com que, em quatro anos, R\$ 1,4 bilhão deixassem os cofres do governo. Em 2010, antes de tomar posse, e 2013, Richa tentou excluir esse artigo das LDOs de 2011 e de 2014, respectivamente, mas voltou atrás após sofrer forte pressão da Assembleia e do Judiciário.

Uma segunda possibilidade seria alterar os percentuais destinados a cada poder — ou, pelo menos, de alguns poderes específicos. Todo ano, o governo destina 18,6% de sua receita geral, excluindo operações de crédito, transferências da União e receitas vinculadas — 3,1% para a Assembleia, 1,9% para o TC, 9,5% para o TJ e 4,1% para o MP.

**CONTINUA**

09 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Questionado, o governo disse que essas medidas não estão sendo estudadas. O presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), também descarta a mudança. “Qualquer possibilidade de redução dos percentuais não passa apenas por nós, mas por um entendimento entre os poderes. Não posso entrar em conflito com eles”, declarou

Colaborou Paulo Galvez da Silva

## SOBRA DE CAIXA

Veja como vão a arrecadação e os gastos em alguns dos poderes estaduais para os quais o Executivo paranaense faz repasses.

### **Tribunal de Justiça**

Recebeu R\$ 7,9 bilhões em quatro anos. Teriam sobrado em caixa R\$ 834 milhões, segundo dados oficiais, mas o Judiciário diz que o valor não confere porque nem todas as receitas se concretizaram.

Passou a pagar auxílio-moradia a todos os magistrados, de mais de R\$ 4 mil mensais.

Retomou obra de novo prédio estimada em R\$ 53 milhões.

### **Tribunal de Contas**

Recebeu mais de R\$ 900 milhões entre 2011 e 2014. Deixou de usar R\$ 150 milhões. Parte foi deixada em um fundo do próprio TC.

Cogitou construir novo prédio de R\$ 36 milhões.

Estuda a implantação de auxílio-moradia para conselheiros, procuradores e auditores.

### **Assembleia Legislativa**

Recebeu R\$ 1,8 bilhão em quatro anos. Devolveu ao governo do estado R\$ 600 milhões que não foram utilizados.

Presidente Ademar Traiano estuda pagar aposentadorias complementares para deputados estaduais.

### **Ministério Público**

Teve sobra de R\$ 45 milhões apenas em 2013, último ano para o qual o dado está disponível.

CONTINUA

09 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Richa ao lado de Ivan Bonilha, presidente do Tribunal de Contas,  
e do desembargador Guilherme Luiz Gomes, ex-presidente do TJ: divisão desigual do bolo.

**CONTINUA**

## Sem "extravagâncias", poderes poderiam ter gasto ainda menos

A diferença entre as receitas e despesas do Tribunal de Justiça (TJ), do Tribunal de Contas (TC), do Ministério Público (MP) e da Assembleia poderia ser ainda maior. Com dinheiro de sobra, algumas "extravagâncias" foram feitas ao longo dos últimos quatro anos; e mais algumas estão previstas para o futuro. Entre os "excessos" estão a criação de auxílios e a construção de novos prédios para esses três poderes.

Mesmo com o governo do estado em crise, o presidente do Tribunal de Contas (TC), Ivan Bonilha, deu início à tramitação de processo que cria o auxílio-moradia para conselheiros, auditores e procuradores da instituição. O valor é de 15% do salário, e deve ter um impacto de R\$ 1,2 milhão ao ano.

No ano passado, o auxílio-moradia foi criado para magistrados do Poder Judiciário, a partir de projeto aprovado pela Assembleia. Meses depois, o MP regulamentou o benefício, que já era previsto em lei, para seus promotores e procuradores. Em outubro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) referendaram essa decisão em nível nacional.

O TC também planejava construir um novo prédio para a instituição, por R\$ 36 milhões. O projeto foi suspenso após surgirem denúncias de irregularidades na licitação, em 2014. Em

2013, o TJ também teve problemas na reforma do Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário. A licitação da obra, que custava R\$ 79 milhões, foi revogada, também após suspeitas de irregularidades. Em 2014, ela foi reiniciada com um valor de R\$ 53 milhões.

### Legislativo

Nos últimos quatro anos, a Assembleia Legislativa tomou algumas medidas de austeridade e cortou alguns excessos do passado, como o 14º e o 15º salário dos deputados. Ainda assim, os gastos do Legislativo cresceram acima da inflação entre 2011 e 2014.

Além disso, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), declarou no dia da eleição para a presidência que "está estudando" a possibilidade de regulamentar a aposentadoria especial dos deputados. Uma lei sobre o assunto foi aprovada em 2009, mas precisa ser regulamentada pelo presidente para entrar em vigor. (CM)

09 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

## » LEGISLATIVO

### Funcionários chegam a ganhar mais que deputados

Para cada deputado estadual eleito para as Assembleias mais ricas do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) há pelo menos três funcionários que recebem salários iguais ou maiores do que o dos parlamentares. É uma legião de quase mil pessoas (924) somente nessas três casas legislativas, a maioria acomodada em cargos de confiança. São subdiretores de departamento, chefes de gabinete, consultores, taquígrafos, assessores legislativos e profissionais da área jurídica. A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) paga os salários mais altos e, em alguns casos, questionáveis juridicamente.

No Legislativo fluminense, há funcionários que receberam em dezembro passado mais de R\$ 30 mil, quase R\$ 10 mil a mais do que ganhou um deputado estadual e, pior, desrespeitando o teto constitucional permitido para servidores públicos no país — que era de R\$ 29.462 no ano passado, o equivalente ao salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O salário de um deputado estadual em 2014 era de R\$ 20.042 (75% do que ganha um deputado federal).

Na Alerj, 319 servidores tiveram contracheques em dezembro com remuneração igual ou maior que isso. Sete deles, incluindo o procurador-geral da Casa, Hariman Antonio Dias de Araújo, têm recebido cerca de R\$ 30 mil. O caso mais extremo é de um dentista com 35 anos de carreira que, desde novembro, tem contracheque de R\$ 43.546 (remuneração bruta, antes dos descontos tributários).

Em Minas, foram 314 donos de supersalários em dezembro (valor igual ou maior que o de um deputado estadual). Não houve caso de remunerações superiores ao salário do ministro do Supremo, mas a Casa está pagando a sete funcionários, por ordem judicial, um salário acima do que a própria Assembleia mineira adotou como teto para seus servidores. A identidade deles e os valores não foram informados.

São Paulo, por sua vez, tem 291 funcionários com contracheques de fazer inveja a deputados. A maioria deles — 221 — recebe todo mês o mesmo vencimento do parlamentar (R\$ 20.042). O salário mais alto é de R\$ 26.589 e é pago a funcionários de carreira jurídica.

A remuneração no poder público é sempre um tema em que sobram controvérsias e interpretações da legislação sobre o que pode e não pode ser feito. No caso dos tetos salariais, isso é ainda mais confuso. Nas Assembleias do Rio, São Paulo e Minas, cada uma adotou critérios diferentes para definir o máximo que pode ser pago a seus servidores.

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

09 FEV 2015

### **Corte de gastos 1**

As medidas anunciadas pelo governo são duras, principalmente, para os servidores das áreas da educação, saúde e segurança. Mas os salários do governador, dos comissionados, dos deputados e do Judiciário tiveram aumentos acima da inflação. Em 2014, o Judiciário ainda recebeu auxílio-moradia e auxílio-alimentação. A Assembleia Legislativa também não diminuirá os cargos desnecessários.

Célia Virginia Ramos Rodrigues, São José dos Pinhais - PR

### **Corte de gastos 2**

Com raríssimas exceções, eu sempre fui contra as greves. Mas apoio integralmente as paralisações pelo não pagamento de salários aos motoristas e cobradores de ônibus ou no caso dos servidores públicos estaduais. Eles são prejudicados pelo governo. Acredito que a greve também precisa exigir que o governador mostre o "porquê" de o estado estar quebrado financeiramente.

Antonio Carlos Wanderley

### **Corte de gastos 3**

Se os outros poderes podem dar uma "ajudinha" financeira para o Executivo paranaense é porque tinham dinheiro em excesso. O governo deve repassar menos verba para a Assembleia e outros órgãos. Também é preciso cortar gastos supérfluos e os cargos comissionados. Sobrarão para o básico: garantir, ao menos, o início do ano letivo.

André Renato Wenglarek

### **Corte de gastos 4**

Gostaria de saber se essas medidas de austeridade anunciadas pelo governo são para pagar o aumento salarial concedido aos parlamentares? E são eles que vão votar essa vergonha. Onde está o nosso dinheiro e em que o governo do Paraná está gastando?

Elizabeth T. Homé Krause

09 FEV 2015

# GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO LAVA JATO

## Foragido se entrega na sede da Polícia Federal em Curitiba

| Katna Baran, com agências

Mário Goes, um dos investigados na operação Lava Jato que teve a prisão preventiva decretada na última quinta-feira, se entregou ontem na sede da Polícia Federal em Curitiba. Quarto preso desta fase da operação, ele era considerado foragido. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), Goes, assim como o doleiro Alberto Youssef e o empresário Fernando Baiano, Mário Goes atuava como operador do esquema de corrupção na Petrobras, recolhendo propina de empreiteiras e ocultando a origem dos recursos.

O nome de Mário Goes apareceu em depoimentos da delação premiada do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco e em declarações de Cíntia Provesi Francisco, ex-funcionária da empresa de tanques de combustíveis Arxo Industrial. Os sócios da Arxo foram presos sob acusação de pagar propina para fechar vendas da BR Aviaton, divisão da Petrobras que atua no abastecimento de aeronaves. Cíntia revelou que Goes recebeu valores em espécie na sede da empresa em troca da garantia de contratos com a estatal.

Segundo Barusco, o operador atuava em nome de pelo menos nove empresas que mantinham contratos com a Petrobras. Segundo denúncia do MPF, ambos se

encontravam periodicamente para que o operador do esquema entregasse ao ex-gerente da estatal "mochilas" com grandes quantidades de dinheiro que variavam de R\$ 300 a R\$ 400 mil. As transferências, conforme depoimento de Barusco, também ocorriam entre contas bancárias no exterior.

Os encontros com o ex-diretor da estatal serviam ainda, segundo a denúncia, para "que pudesse ser realizado o que Barusco designou como 'encontro de contas', ou seja, a conferência, 'contrato a contrato', dos pagamentos de propinas feitos e pendentes". Com o dinheiro ilegal, Goes teria comprado um avião particular que está registrado em nome de sua empresa, a Riomarine Óleo e Gás.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Goes.

### Valores

A Polícia Federal informou neste sábado ter apreendido o equivalente a R\$ 3,18 milhões em diferentes moedas durante a 9ª fase da Operação Lava-Jato. Grande parte do dinheiro foi encontrado na empresa Arxo, que tem sede em Balneário Piçarras e fábrica em Itajaí, ambos municípios de Santa Catarina. A PF apreendeu ainda 500 relógios de luxo nas instalações da empresa.

De acordo com o advogado da empresa, Carlos Zimmerman, os relógios são de coleção pessoal de um dos sócios da Arxo e o dinheiro lá encontrado seria parte de pró-labore de um dos sócios, para pagamentos de despesas operacionais e também da reforma de um apartamento dele.

07 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Empréstimo do BB para amiga de Bendine será investigado pela PF

Na gestão do novo dirigente da Petrobras, BB emprestou R\$ 2,7 mi a Val Marchiori a juros subsidiados

Procuradoria diz que a Justiça determinou nesta semana ao BB que forneça dados do empréstimo de 2009

LEONARDO SOUZA  
DO RIO

O nome escolhido pela presidente Dilma Rousseff para limpar a Petrobras, o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, é alvo de um procedimento de investigação da Procuradoria da República em São Paulo.

O Ministério Público Federal informou na tarde desta sexta-feira (6) que determinou à Polícia Federal a instauração de inquérito para averiguar a concessão de empréstimo do BB à socialite Valdirene Marchiori. Val Marchiori, como ela é conhecida, é amiga de Bendine.

Segundo a **Folha** apurou, a determinação foi feita diretamente à Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros.

Conforme a **Folha** revelou no ano passado, o BB driblou uma série de regras internas para conceder o financiamento de R\$ 2,7 milhões para Marchiori, a partir de uma linha subsidiada pelo BNDES, com taxa de 4% de juros ao ano — abaixo da inflação.



A socialite Valdirene Marchiori, que é amiga de Bendine

Marchiori tinha restrição de crédito por não ter pago empréstimo anterior ao BB e também por não apresentar capacidade financeira para obter o financiamento, segundo documentos internos do BB obtidos pela **Folha**.

Marchiori apresentou a pensão alimentícia dos filhos menores, cuja penhora é inconstitucional, como garantia do empréstimo.

**CONTINUA**

07 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Segundo nota divulgada pelo Ministério Público Federal, a Justiça Federal informou o Banco do Brasil nesta semana da determinação para que forneça aos procuradores documentos referentes aos empréstimos concedidos à empresária desde 2009.

Val Marchiori, mais conhecida por sua participação no programa de TV "Mulheres Ricas", esteve com Bendine em duas missões oficiais do banco, uma na Argentina e outra no Rio. Nas duas ocasiões, os dois ficaram hospedados nos mesmos hotéis: primeiro no Alvear, em Buenos Aires, e depois no Copacabana Palace, no Rio.

O procedimento de investigação contra Bendine foi inicialmente aberto pelo Ministério Público a partir do depoimento de seu ex-motorista Sebastião Ferreira da Silva, o Ferreirinha. Ele dirigiu para Bendine por quase 6 anos.

Ele disse ao Ministério Público que presenciou Bendine sair de um prédio comercial em São Paulo, ocupado por empresas ligadas ao grupo da TV Record, com uma sacola repleta de maços de notas de R\$ 100.

Contou que recebeu ordens para fazer diversos pagamentos com altas quantias em dinheiro vivo, sempre entregues a ele dentro do BB, pelo próprio Bendine. O executivo nega todas as acusações.

Bendine foi autuado pela Receita por não comprovar a origem de aproximadamente R\$ 280 mil de seu patrimônio informados em sua declaração do Imposto de Renda.

Ele entrou no radar da Receita em 2010, após comprar um apartamento declarado por R\$ 200 mil, pago em dinheiro vivo. Para se livrar da fiscalização, pagou o auto sem mover um recurso.

## Ex-presidente do Banco do Brasil nega envolvimento

A época em que a **Folha** revelou o empréstimo para Val Marchiori, o Banco do Brasil afirmou, por meio de sua assessoria, que a operação de crédito concedida à Torke Empreendimentos, empresa pela qual a socialite obteve o empréstimo, seguiu devidamente as normas do banco.

A instituição concedeu empréstimo de R\$ 2,7 milhões à apresentadora de TV Val Marchiori, a partir de uma linha subsidiada pelo BNDES. O BB informou que a transação teve foi aprovada pelo BNDES e que não houve excepcionalidade no caso de Marchiori.

Bendine negou que Marchiori estivesse nos hotéis da Argentina e Rio por conta de missões do banco e disse que a encontrou por coincidência. Ele negou participação na concessão de crédito à Torke.

Bendine nega as acusações feitas por seu ex-motorista Sebastião Ferreira da Silva.

Sobre a multa, Bendine disse que ela se deveu a um erro no preenchimento do IR.

## Delatora diz que empresa pagava até 10% de propina

Operador que já foi citado por ex-gerente da Petrobras é apontado como intermediário

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Investigada na Operação Lava Jato, a empresa catariense Arxo, que teve três executivos presos temporariamente, pagava de 5% a 10% de propina nos contratos que firmava com a Petrobras.

Segundo a investigação, baseada no depoimento de uma ex-funcionária da Arxo, o dinheiro era entregue a Mario Goes, operador do esquema, que estava foragido até a conclusão desta edição.

Goes é um dos 11 operadores identificados — os “novos Youssefs”, segundo o delegado Márcio Anselmo, em referência ao doleiro Alberto Youssef, preso e hoje delator.

No caso da Arxo, as propinas eram entregues a Goes a cada dois ou três meses, segundo a ex-funcionária. Para disfarçar, eram usadas notas de outras empresas. A Receita indicou que pelo menos três dessas firmas só serviam para fornecer notas fiscais.

Goes ainda é apontado pelo delator Pedro Barusco, ex-gerente da Petrobras, como operador que atuava para o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque.

Segundo as investigações, Goes tinha uma empresa usada para as operações, a Riomarine Oil e Gás, que tem contas no exterior e até um avião, avaliado em R\$ 1,3 milhão.

O Ministério Público Federal aponta que a empresa recebeu depósitos da OAS (R\$ 2,7 milhões) e da UTC (R\$ 3,8 milhões) entre 2009 e 2012.

Na decisão que autorizou a prisão temporária dos executivos da Arxo, à qual a Folha teve acesso, o juiz Sergio Moro afirma que é “perturbador” e “uma afronta ao Judi-

ciário e à lei” que o esquema tenha continuado mesmo após o início da Lava Jato.

“Há provas de que Mario Goes, na intermediação de propinas, teria atuado para Pedro Barusco e Renato Duque no passado e persistiria atuando, na intermediação de propinas periódicas, agora da Arxo para a Petrobras Distribuidora, de 2012 até pelo menos o final de 2014”, diz.

Moro cita contrato de R\$ 85 milhões da Arxo com a BR Aviation, firmado em outubro de 2014, para fornecimento de tanques de combustível.

Colaboraram AGUIRRE TALENTO, GABRIEL MASCARENHAS, MÁRCIO FALCÃO e RUBENS VALENTE, de Brasília

### ▶ OUTRO LADO ◀

## Firma nega fraude e diz ser vítima de uma ‘revanche’

DE CURITIBA

A Arxo nega o pagamento de propinas ou fraude em licitações e diz ser alvo de “revanche” da ex-funcionária.

Ela atuou no setor financeiro da Arxo até novembro e, segundo os advogados dos presos, participou de irregularidades, foi demitida e é investigada. “O depoimento dela é ilusório, inventivo”, disse o advogado Fabrício Gevaerd.

Sobre Mario Goes, os diretores dizem desconhecê-lo.

A defesa diz que as atividades da Arxo eram lícitas e contabilizadas, assim como o dinheiro que estava sob um fundo falso na sede da firma. E que o avião da empresa só era usado por funcionários.

## Duque recebia R\$ 50 mil a cada 15 dias, diz ex-gerente

Dinheiro era sempre em espécie, afirma Barusco

O ex-gerente de Engenharia da Petrobras Pedro José Barusco Filho disse ter pago quinzenalmente R\$ 50 mil provenientes de propina ao seu ex-chefe, o então diretor de Engenharia e Serviços Renato de Souza Duque.

A fala ocorreu em 20 de novembro do ano passado, em depoimento que compõe o acordo de delação premiada com o Ministério Público.

Barusco relatou que Duque era desorganizado com suas finanças, o que obrigava o ex-gerente a cuidar não só das propinas repassadas a ele próprio, como também às que tinham como destinatário final seu ex-chefe na estatal.

O dinheiro era sempre em espécie, ainda de acordo com Barusco, e chegou a ser entregue a Duque na sala que o então diretor ocupava no prédio da Petrobras, no Rio.

Em 2011, “desconfortável” por ter que cuidar das contas de Duque, Barusco viajou com ele para Paris, onde encontraram um agente brasileiro identificado no depoimento só como “Roberto”.

O objetivo seria armar um esquema de pagamentos no exterior. Ambos depositaram ao todo US\$ 6 milhões em duas contas designadas por Roberto. Em seguida, conforme Duque relatou a Barusco, o agente não foi mais encontrado — eles dividiram o prejuízo. (ALEXANDRE ARAGÃO)

07 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Ainda o impeachment

**SÃO PAULO** - Como o espaço desta coluna é meio apertadinho, não deu para desenvolver no texto de ontem as razões pelas quais não acredito muito que a presidente Dilma Rousseff venha a sofrer impeachment e nem os motivos pelos quais não desejo que isso ocorra. Como alguns leitores escreveram me indagando sobre esses pontos, volto ao tema.

Hoje, a cada desdobramento da Operação Lava Jato, a situação parece ficar pior para o governo do PT e para Dilma. É preciso considerar, porém, que nossa amostra é, por assim dizer, viciada. Por enquanto, estão sendo divulgadas só acusações referentes a indivíduos que não têm foro privilegiado. Dentro de algumas semanas, quando vier à luz a parte atinente a políticos, que tramita no STF, a distribuição das suspeitas deve ficar um pouco mais democrática.

Se as informações de bastidores publicadas na imprensa são corretas, gente importante de outros partidos também vai ganhar espaço no noticiário. Especula-se até que os nomes dos presidentes da Câmara e do Senado poderão aparecer. Não é impossível que o Legislativo saia tão ou mais fragilizado quanto o Executivo.

E esse é o tipo de situação que gera pizza. Sem um fato novo que ligue diretamente Dilma a um malfeito, o mais provável é que parlamentares façam algum teatro, mas, no fundo, trabalhem para que o "status quo", do qual são beneficiários, seja mantido.

E por que o impeachment é indesejável? Destituir a presidente não seria o melhor meio de "cortar o mal pela raiz", como escreveram alguns leitores? Não gosto da ideia de reduzir o problema da corrupção ao nome de Dilma. Nada indica que ela seja a mentora nem a maior favorecida pelo esquema. Creio que faz mais sentido que as pessoas possam ver o resultado das políticas que ela adotou e tenham a chance de rejeitá-las. Esse processo de exclusão de más ideias, que é a base do avanço institucional, fica mais transparente quando os governantes concluem seus mandatos.

08 FEV 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Ministros têm conversas interceptadas pela Polícia

#### Gilmar e Cardozo ligaram para político

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro do STF (supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, tiveram conversas interceptadas pela Polícia Federal num inquérito que investiga o ex-governador de Mato Grosso Silval Barbosa (PMDB).

Os dois telefonaram para o então governador, em maio de 2014, quando ele foi preso em flagrante após uma ação de busca e apreensão da PF em sua residência ter encontrado uma pistola com o registro vencido.

As informações são da revista "Época", que teve acesso a inquérito que corre no STF e investiga o ex-governador por corrupção.

No dia da prisão, Mendes ligou no celular do então governador —grampeado com autorização da Justiça— e o questionou sobre o que estava acontecendo. O ministro taxou a situação como "uma loucura" e disse que iria conversar com o relator do inquérito no STF, ministro Dias Toffoli, sobre o caso.

Pouco tempo depois da ligação de Mendes, o telefone tocou novamente. Desta vez era o ministro Cardozo. Ele perguntou que "confusão" era aquela que estava acontecendo e, ao ouvir as explicações de Barbosa, exclamou: "barbaridade".

Quatro meses depois da troca de telefonemas, a Primeira Turma do STF, composta por cinco ministros, analisou um pedido do Ministério Público, que queria mandar novamente para trás das grades o então chefe da Casa Civil do governo de Mato Grosso, Eder Moraes. Ele é apontado por investigadores como o operador do esquema que envolve Barbosa.

Toffoli e o ministro Luiz Fux votaram pela manutenção da liberdade. Como o julgamento acabou em empate, Mendes foi convocado para votar e, segundo a "Época", votou pela manutenção da liberdade de Moraes.

À revista, o ministro disse que seu voto seguiu critérios de diversos outros casos semelhantes. Também a "Época", Toffoli disse que não conversou com Mendes sobre o processo envolvendo Barbosa ou Moraes.

Procurado pela **Folha**, o ministro Cardozo disse que um de seus papéis é apurar abusos da PF, por isso ligou para saber se Barbosa havia sido maltratado por policiais diante de notícias de abusos da polícia, o que foi negado pelo governador.

Mendes disse que não comentaria a reportagem. O ministro Toffoli não retornou as ligações da reportagem.

### PAINEL

**De olho** Advogados de presos da Lava Jato aguardam com ansiedade a sessão da Segunda Turma do STF, que vai analisar na terça recurso do Ministério Público Federal para que o ex-diretor da Petrobras Renato Duque volte para a prisão.

**Vela** Para os criminalistas, a decisão sobre Duque indicará as chances de libertação de seus clientes.

**Canja...** A força-tarefa da Lava Jato não pediu a prisão de João Vaccari Neto por entender que não havia risco de fuga ou destruição de provas por parte do tesoureiro do PT.

**... de galinha** Policiais e **procuradores** também acreditavam que a prisão de Vaccari alertaria outros suspeitos e atrapalharia investigações relacionadas ao tesoureiro, como a denúncia de corrupção na Sete Brasil.

**Sem Waze** O juiz Sérgio Moro autorizou a condução coercitiva de Vaccari para depor em 18 de dezembro. A Polícia Federal precisou encontrar os endereços de todos os alvos da operação antes de deflagrá-la, 48 dias depois.

09 FEV 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## TCU apura crédito para amiga de Bendine

Alvos da PF, empréstimos de R\$ 3 mi à socialite  
Val Marchiori serão revistos por tribunal

DIMMI AMORA  
DE BRASÍLIA

O TCU (Tribunal de Contas da União) abriu dois procedimentos para apurar empréstimos de bancos públicos para a empresa da apresentadora de TV Val Marchiori.

Conforme a **Folha** mostrou, o Banco do Brasil contrariou normas internas e ajudou a apresentadora a conseguir um empréstimo subsidiado no final de 2013.

A socialite é amiga do ex-presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, que foi nomeado presidente da Petrobras na semana passada.

Além do TCU, o Ministério Público Federal também investiga a operação, após ter determinado à Polícia Federal a instauração de inquérito para averiguar a concessão do empréstimo.

Papéis internos do Banco do Brasil revelam que a instituição primeiro aprovou limite de crédito de R\$ 3 milhões para a apresentadora e, depois, a instruiu para elaborar uma série de documentos sem os quais ela não teria o financiamento aprovado pelo BNDES.

Após a publicação da reportagem da **Folha** no ano passado, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira, que atua com o TCU, pediu a abertura de um procedimento de investigação sobre a operação.

Além disso, o tribunal também solicitou, em outro processo, informações a outras instituições bancárias sobre

concessões de crédito para a empresa de Marchiori, a Torke Empreendimentos e Participações LTDA.

O relator da ação, ministro José Múcio Monteiro, encaminhou o pedido do procurador para que o órgão técnico do TCU em São Paulo analise se há indícios de irregularidades. Os profissionais pediram informações ao Banco do Brasil e as estão avaliando. Por enquanto, não há uma decisão sobre o caso.

Caso sejam detectadas irregularidades nas operações, o TCU iniciará um procedimento para responsabilizar os gestores que concederam o crédito —eles podem receber multa e ser obrigados a ressarcir os cofres públicos em caso de prejuízo.

### OUTRO LADO

À época em que a **Folha** revelou o empréstimo para Val Marchiori, o Banco do Brasil afirmou, por meio de sua assessoria, que a operação de crédito concedida à Torke Empreendimentos, empresa pela qual a socialite obteve o empréstimo, seguiu devidamente as normas do banco.

09 FEV 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Foragido se entrega à polícia em Curitiba

Preso é apontado pelo ex-gerente Pedro Barusco como um dos operadores da propina

Mario Goes, apontado pelo ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco como um dos operadores do pagamento de propina no esquema da estatal, entregou-se à Polícia Federal neste domingo (7).

Ele se apresentou em Curitiba às 11h40, acompanhado de um advogado. A Folha não conseguiu fazer contato com seu defensor.

Goes teve a prisão preventiva decretada pela Justiça Federal na nona fase da Operação Lava Jato, chamada My Way, deflagrada na última quinta-feira (5). Desde então, era considerado foragido.

Em seu acordo de delação premiada, Barusco disse que Goes era um dos operadores de empreiteiras que acertavam pagamentos e entregavam dinheiro de propinas para executivos da Petrobras.

Barusco foi gerente da diretoria de Serviços da Petrobras, ocupada por Renato Duque, que usava o cargo para levantar recursos para o PT, de acordo com investigadores da Lava Jato.

O ex-gerente contou nos depoimentos que o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, atuava diretamente no esquema de arrecadação da estatal.

O PT nega ter recebido contribuições ilegais.

Para escapar da prisão, Barusco relatou crimes que praticou e se comprometeu a devolver US\$ 97 milhões que recebeu de suborno.

O ex-gerente relatou na mesma série de depoimentos que o esquema da Petrobras rendera ao PT entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões entre 2003 e 2013.

Ainda segundo Barusco, o operador que se entregou neste domingo tinha duas contas no Banco Safra na Suíça, que usava para fazer pagamento de suborno.

Goes, segundo os depoimentos de Barusco, atuava em nome das empresas UTC, MPE, OAS, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Schahin, Carioca e Bueno Engenharia.

Barusco e Goes eram tão próximos, segundo o depoimento do ex-gerente da estatal, que chegaram a ter sociedade num avião, comprado por US\$ 600 mil.

Barusco contou que Goes lhe entregava "umas mochilas com alguns valores", que oscilavam de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil, normalmente na casa do operador, no Rio.

Planilha entregue por Barusco à PF com 89 dos maiores contratos da Petrobras e as respectivas propinas cita o nome de Goes como intermediador de suborno em 26 contratos da Petrobras.

07 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# Para Moro, Lava Jato não inibiu desvios

Moro diz que esquema de propinas ainda persiste, mesmo com operação em curso, destacando caso entre a empresa Arxo e subsidiária

O esquema de intermediação de propinas a agentes da Petrobrás ou de suas subsidiárias ainda persiste, avalia a Justiça. Ao decretar a prisão do lobista Mário Mendonça Goes, apontado como operador do ex-diretor de Serviços da estatal Renato Duque, o juiz federal Sérgio Moro advertiu que nem mesmo a deflagração da Operação Lava Jato "dissuadiu" a corrupção na petrolífera.

"Perturba este Juízo a existência de provas de que Mário Goes, na intermediação de propinas, teria atuado para Pedro Barusco (*delator da Lava Jato*) e Renato Duque no passado e persistiria atuando, na intermediação de propinas periódicas, agora da Arxo para a Petrobrás Distribuidora, de 2012 até pelo menos o final de 2014", destaca o juiz, referindo-se à Arxo Industrial, de Santa Catarina.

A BR Distribuidora é uma subsidiária da Petrobrás. Mário Goes é procurado pela Polícia Federal, que lhe atribui papel central na nova fase da Operação Lava Jato que mira, agora, pagamentos suspeitos de empresas com relações na BR Distribuidora.

Moro anota que restou "constatado que persiste, em novos esquemas, a intermediação de propinas a agentes da estatal ou de suas subsidiárias".

Goes, segundo a Lava Jato, teria o mesmo papel do doleiro Alberto Youssef do lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, operador do PMDB na Petrobrás, que estão presos. "Um intermediador profissional do pagamento de propinas por empresas privadas a dirigentes ou

empregados da Petrobrás", assim a força-tarefa rotula Goes.

Ele teria atuado para Renato Duque e Pedro Barusco, ex-gerente executivo da Diretoria de Serviços, que fez delação premiada e apontou o universo de desvios na companhia. "Também perturbadora a informação da negociação recente de pagamento de propina em contrato da Petrobrás Aviation com a Arxo, aparentemente ainda em curso de pagamento", assinala o juiz federal.

Barusco afirmou que parte da propina teria sido paga através de contas secretas controladas por Goes no exterior. "Os fatos revelam não só a antiguidade, mas também a duração prolongada e a atualidade do esquema criminoso, ainda que agora em subsidiárias da Petrobrás (*Petrobrás Distribuidora e Petrobrás Aviation*), e autorizam a prisão cautelar (*de Goes*) para prevenir crimes em andamento, além de reiteração delitiva", decidiu o juiz. /RICARDO BRANDT, JULIA

AFFONSO e FAUSTO MACEDO

07 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# Juiz federal nega bloqueio de bens de tesoureiro petista

Pedido fazia parte das ações da nona fase da Lava Jato, mas Sérgio Moro considerou a medida 'prematura'

A Justiça Federal negou pedido do Ministério Público Federal para bloquear as contas do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Os procuradores fizeram o requerimento, sob alegação de que o petista integra um núcleo de "operadores financeiros que movimentaram em seu nome e lavaram centenas de milhões de reais em detrimento da Petrobrás, no Brasil e no exterior". O juiz Sérgio Moro, que conduz as ações da Operação Lava Jato, avaliou que a "constrição, com efeitos mais graves, demanda melhor prova".

O pedido foi feito no dia 17 de dezembro de 2014, nos autos da nona etapa da Operação Lava Jato, chamada My Way, que revelou esquema de corrupção na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás. A Procuradoria da República incluiu no requerimento de embargo de ativos outros dez investigados por desvios na estatal petrolífera.

"São responsáveis solidários pelos danos causados, requer-se que o bloqueio de ativos não tenha limite, sem prejuízo de posterior análise de situações individuais", afirmou o Ministério Público. No entanto, a Justiça Federal considerou a medida "prematura".

Foram incluídos no requerimento, além de Vaccari: Zwi Skornicki, Milton Pascowitch, Shinko Nakandakari, Mario Frederico Mendonça Goes, Atan de Azevedo Barbosa, Cesar Roberto Santos Oliveira, Guilherme Esteves de Jesus, Bernardo Schiller Freiburghaus, Luís Eduardo Campos Barbosa da Silva e Augusto Amorim Costa.

**Coerção.** Na mesma oportunidade, o Ministério Público Federal requereu a condução coercitiva de Vaccari, executada na quinta-feira. O tesoureiro foi levado pela manhã à sede da PF, em São Paulo, para depor sobre as acusações feitas pelo ex-gerente executivo da Petrobrás Pedro Barusco. O tesoureiro negou recebimento de propinas.

Segundo Barusco, que fez delação premiada e concordou em devolver US\$ 100 milhões, Vaccari teria arrecadado, em nome do PT, entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões em propinas sobre contratos da Petrobrás, entre 2003 e 2013.

07 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ministério Público abre investigação de empréstimo a socialite

### • Votos

“Desejo sorte ao novo presidente da Petrobrás. Que ele consiga restabelecer a confiança de nós brasileiros na instituição com a qual hoje estamos decepcionados”

Val Marchiori

EMPRESÁRIA E SOCIALITE



**'Mulheres Ricas'.** A empresária Val Marchiori diz que conhece Bendine 'apenas de eventos'

Inquérito policial apura operação do Banco do Brasil para empresa de Val Marchiori realizada na gestão de Bendine

Elizabeth Lopes  
Sonia Raey

O Ministério Público Federal em São Paulo pediu, na tarde de ontem, a abertura de um inquérito policial para investigar empréstimo, que considera irregular, do Banco do Brasil à empresária e socialite Val Marchiori. A operação foi realizada em 2013, na gestão de Aldemir Bendine, que foi confirmado ontem como o novo presidente da Petrobrás, no comando do banco.

De acordo com representação de um grupo de funcionários do Banco do Brasil, a instituição disponibilizou R\$ 2,79 milhões à empresa de Val, a Torke Empreendimentos, oriundos de uma linha de financiamento BNDES Finaime (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), mesmo com o cadastro dela contendo restrições impeditivas de crédito, o que na prática inviabilizaria a liberação de tais recursos.

Reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* publicada em outubro do ano passado informou que a empresária não havia pago o empréstimo anterior que tomou no Banco do Brasil nem tinha capacidade financeira para receber o montante, o que inviabilizaria um novo empréstimo.

De acordo com nota divulgada pela instituição naquela ocasião, a pendência financeira de Val no banco é “de baixo valor (R\$ 963,90) e não vinculada, diretamente, à proponente, mas à empresa da qual ela era sócia-dirigente em 2008”. Segundo o banco, essa dívida é referente ao cartão de crédito empresarial usado normalmente por outro executivo da empresa e argumentou que a análise de crédito se baseou na capacidade da Torke de honrar os débitos dentro de prazos estabelecidos em contrato.

Nesta semana, a Justiça Federal determinou ao Banco do Brasil o fornecimento de documentos referentes aos empréstimos concedidos à empresária, desde 2009. Em outubro do ano passado, o MPF já havia feito o pedido, mas o banco alegou ser necessária uma ordem judicial

de quebra de sigilo bancário dos envolvidos para atender à solicitação. O MPF acionou, então, a Justiça e afastou essa condição por se tratar de recursos públicos e deu prazo de cinco dias para que o Banco do Brasil disponibilize a documentação.

O MPF aguarda o envio deste material do banco e, com a instauração do inquérito, os procuradores requerem que a Polícia Federal aprofunde as investigações.

**Sorte.** Ontem, após ser informada pela reportagem da mudança de cargo do executivo, Val Marchiori desejou sorte ao novo presidente da Petrobrás. “Que ele consiga acabar com a corrupção lá dentro. E seja forte pra combater todo o malfeito à empresa”, afirmou a empresária.

Val, que ficou famosa ao participar de duas temporadas do programa *Mulheres Ricas*, da Band, disse conhecer Bendine apenas de eventos. “Desejo sorte ao novo presidente da Petrobrás. Que ele consiga restabelecer a confiança de nós brasileiros na instituição com a qual hoje estamos decepcionados”, completou.

07 FEV 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

# Primo de ex-presidente do STF é detido na operação

Atan Barbosa, parente de Nelson Jobim, foi alvo da 9ª fase da Lava Jato; PF apreendeu na casa dele munição sem autorização

Andrezza Matais / BRASÍLIA

Primo do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, o advogado Atan de Azevedo Barbosa, de 76 anos, foi preso na nona fase da Operação Lava Jato, batizada de My Way, deflagrada anteontem, suspeito de ser operador no esquema de corrupção da Petrobrás. Os mandados contra Barbosa eram de condução coercitiva e de busca e apreensão, mas a Polícia Federal encontrou munição na casa dele no Rio de Janeiro sem que tivesse autorização para portá-la. O advogado pagou fiança de R\$ 25 mil e deixou a superintendência da Polícia Federal no Rio somente ontem.

Funcionário aposentado da Petrobrás, Barbosa é primo de primeiro grau do ex-ministro Nelson Jobim, que presidiu o Supremo de 2004 a 2006. Ao Estado, Jobim confirmou o parentesco, mas disse que preferia não comentar o assunto.

Conforme o Ministério Público, o advogado atuou no esquema como operador financeiro da empresa Iesa Óleo e Gás pagando "propinas referentes aos contratos por ela firmados com a estatal". Segundo os investigadores, Barbosa também dava uma quantia mensal ao ex-gerente da Petrobrás e delator Pedro Barusco, no valor de US\$ 29 mil, pelos contratos firmados entre a Iesa e a Petrobrás.

Os pagamentos eram feitos por meio da offshore Heatherley Business Ltd., mantida por Barbosa no banco Clariden Leu AG, na Suíça, na conta da offshore Reha Comercial Inc., no banco Safra, também na Suíça. Foram feitas transações que totalizaram US\$ 1,97 milhão, conforme os investigadores.

Barbosa afirmou ao Estado que a munição apreendida em sua casa pertencia ao seu pai, que já morreu. "Expliquei para a Polícia Federal e eles me liberaram após pagar a fiança. Disse que meu pai tinha armas e munições. Eu já me desfiz das armas, mas ficaram as munições que têm 30, 40 anos. Será feita uma perícia e vamos ver o que vai dar." Sobre a acusação de ser operador na Petrobrás, afirmou: "Não sei por que o Pedro Barusco me colocou na brincadeira. Eu ignoro porque ele fez isso".

## STJ mantém preso presidente de 'clube' de empreiteiras

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Newton Trisotto negou pedido de habeas corpus ao presidente da UTC Engenharia, Ricardo Pessoa, preso desde novembro na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. O pedido de liberdade foi negado por Trisotto, que alegou não haver elementos que indicasse "flagrante de ilegalidade" para justificar a liminar.

O ministro valeu-se ainda das argumentações dadas pelo juiz Sérgio Moro, que cuida da Lava Jato na 13ª Vara da Justiça Federal no Paraná, de que a defesa de Pessoa teve todas as garantias para exercer seu trabalho.

Acusado de organização criminosa e lavagem de dinheiro, o executivo é apontado pela fora-tarefa da Operação Lava Jato como "presidente" do clube de empreiteiras que atuavam em cartel em licitações da Petrobrás.

Pessoa negocia com o Ministério Público Federal um acordo de delação premiada para colaborar com as investigações e, dessa forma, tentar diminuir sua pena. /

TALITA FERNANDES

08 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

Beatriz Catta Preta, advogada criminal

## 'Delator não é traidor', diz advogada de colaboradores

Responsável por 9 das 12 colaborações da Lava Jato, Beatriz Catta Preta vira referência e desperta crítica de 'bancas clássicas'

**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

**Fausto Macedo**

**D**as 12 delações premiadas da Operação Lava Jato, nove foram conduzidas pela advogada Beatriz Catta Preta. Isso lhe custou críticas veladas aqui e ali de advogados que preferem o caminho da clássica escola da defesa, com petições e habeas corpus em favor da clientela.

Aos 40 anos, 18 de experiência, paulistana do Itaim-Bibi, pós-graduada em direito penal empresarial e especializada em ações sobre crimes financeiros, Catta Preta é metódica e discreta. Traz no currículo peças de defesa de doleiros e empresários, entre outros. Atuou nas Operações Karpur e Suíça, que levaram ao banco dos réus executivos de instituições financeiras e investidores que se valeram da evasão de divisas e da lavagem de ativos para ocultar fortunas lá fora.

Nesses e em outros episódios, a advogada defendeu delatores. "Nenhum ficou preso", diz. No mensalão, defendeu um acusado que contou o que sabia e saiu livre.

Deflagrada em março, a Lava Jato tinha como alvo doleiros distribuídos em quatro grupos, mas logo o radar da força-tarefa descobriu uma organização criminosa na Petrobrás. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da estatal, virou o suspeito número 1 da trama. Foi preso por ordem do juiz federal Sérgio Moro e alvo de duas denúncias do Ministério Público.



**Legítimo.** Para Catta Preta, acordos são 'autodefesa'

Em agosto, a família Costa caiu em desespero, convencida de que pelo menos 50 anos de cadeia ele iria tomar. A mulher e as duas filhas do ex-diretor bateram à porta da advogada. Os relatos de Costa abriram a caixa-preta do cartel das empreiteiras. Ele nomeou 28 políticos beneficiados por propina.

A delação de Costa e as de outros três, igualmente sob a tutela de Catta Preta, são a alma da Lava Jato. "As delações são o grande divisor de águas dessa investigação", ela avalia.

Depois do ex-diretor, buscaram sua banca os executivos Júlio Camargo e Augusto Mendonça. Em novembro, o ex-gerente da Petrobrás Pedro Barusco se pôs diante da força-tarefa ao lado de Catta Preta. Suas informações provocaram a My Way, nona fase da Lava Jato.

Casos assim renderam o apelido de Senhora Delação. "Quem me chama assim é a imprensa. Pelo número de colaborações em que trabalhei, é natural ter um conhecimento profundo sobre o tema. O que eu acredito é que delação é um direito de defesa. Infelizmente, muitos advogados se recusam a adotar."

A advogada rejeita o rótulo de traidor para o delator. "Discordo frontalmente. Uma ação penal envolve prisão, perda de patrimônio, condenação. Não é traição, mas uma defesa de si, da sua família, do patrimônio."

09 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Construtoras da Lava Jato enfrentam enxurrada de ações

Fornecedores vão à Justiça cobrar pagamento por serviços prestados ou produtos vendidos; empresas reduzem ritmo de obras e demitem

*Renée Pereira*

A vida financeira das construtoras envolvidas na operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção nos contratos da Petrobrás, anda tão difícil que nem as despesas mínimas estão sendo pagas. Com caixa debilitado e sem crédito na praça, as empresas vivem um bombardeio de ações judiciais movidas por fornecedores, que cobram por serviços prestados, venda de produtos e locação de equipamentos. Na outra ponta, o reflexo tem sido a redução do ritmo das obras e do quadro de funcionários de algumas construtoras.

Os problemas surgiram com a sétima fase da operação Lava Jato, da Polícia Federal, desencadeada na primeira quinzena de novembro e que prendeu executivos de várias construtoras, como Camargo Corrêa, OAS, Mendes Júnior, UTC, Engevix, Iesa, Galvão Engenharia e Queiroz Galvão. No fim de dezembro, a situação se complicou ainda mais com a lista de 23 empresas proibidas de participar de novas licitações da Petrobrás.

Sem receber contratos em andamento e impedidas de participar de novos negócios, as empresas também deixaram de pagar fornecedores e estão enxugando suas estruturas. A Galvão Engenharia, por exemplo, decidiu fechar a divisão de engenharia industrial, a mais ligada aos projetos da Petrobrás.

A empresa diz que, além das dívidas vencidas, tem cerca de

R\$ 900 milhões a receber da estatal, que paralisou todos os pagamentos desde 2014. Sem dinheiro, a companhia, que representa 16% do grupo, também parou de pagar seus fornecedores.

Um deles é a Four Tech, empresa que faz locação de equipamentos para o ramo de petróleo. A empresa alugou máquinas para a Galvão Engenharia usar nas obras da Refinaria de Paulínia. No começo, os pagamentos eram regulares. Mas, depois da Lava Jato, a empresa deixou de pagar até uma dívida de apenas R\$ 14 mil.

“Entramos em contato com a empresa no fim de janeiro e ela disse que só no segundo semestre (teria dinheiro para pagar)”, diz o advogado da companhia, Vinicius Feitoza Paes. Segundo ele, a alternativa escolhida pela Four Tech para receber o dinheiro foi cobrar na Justiça.

Mesmo caminho foi seguido pela Engete Engenharia, de Belo Horizonte (MG). O diretor Vicente Paulo conta que havia feito um acordo com a Galvão para pagamento parcelado de uma dívida, que ele prefere não contar o valor. Mas o negócio não foi cumprido e a empresa também teve de ir à Justiça.

“Eles alegam que estão esperando o pagamento da Petrobrás para regularizar a situação com os fornecedores”, diz Paulo, que presta serviço na área elétrica. “Não quero mais trabalhar com esse povo. É mais fácil lidar com empresa menor. A gente recebe mais rápido.”

A SH Formas, locadora de equipamentos para construção (andainas, escoras metálicas, etc.), foi além de uma simples ação judicial para cobrar a dívida da Mendes Júnior: pediu a falência da empresa. O advogado da companhia, Renato Leal, conta que a construtora se comprometeu a pagar o débito, de R\$ 2,2 milhões, em oito vezes, mas só quitou três parcelas. Segundo ele, além desse valor, há outros contratos em andamento que ainda não foram pagos.

A Mendes Júnior afirmou que o processo ainda não foi julgado e que, portanto, não comentaria o assunto. Desde que a Operação Lava Jato foi deflagrada pela Polícia Federal, a empresa vive um problema atrás do outro. No começo do ano, ela teve dificuldade para pagar funcionários da obra de Transposição do São Francisco. A segunda parcela do 13.º salário foi paga na segunda semana de janeiro, mas os trabalhos no canteiro de obras só tiveram início mais tarde porque a empresa não tinha dinheiro para despesas básicas, como combustível.

**CONTINUA**

09 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**Rodoanel.** Segundo fontes do setor, a construtora está pres-tes a entregar o contrato de construção do trecho Norte do Rodoanel de São Paulo. A Dersa Desenvolvimento Rodoviário afirmou, entretanto, que até o momento não recebeu manifesta-ção do Consórcio Mendes Jú-nior – Isolux Corsán. Mas disse que, caso algum contratado se manifeste neste sentido, ela to-mará “todas as medidas legais e administrativas necessárias pa-rra preservar a boa evolução do empreendimento”.

A vida de OAS e Queiroz Gal-vão também não anda nada fá-cil. As duas são campeãs em ações judiciais. Só no Tribunal de Justiça de São Paulo, elas acu-mulam quase 50 pedidos de ja-neiro até agora, sendo a maioria referente a execução de títulos não pagos. Além da redução do quadro de funcionários, essas empresas também estão com di-ficuldade para tocar obras im-portantes Brasil afora.

O vice-presidente do Sindica-to das Indústrias de Constru-ção da Bahia (Sintepav-BA), Irailson Warneaux, afirma que depois dos empreendimentos da Petrobrás, a Lava Jato agora começa a afetar projetos de ou-tras áreas. Ele conta que duas obras de mobilidade em Salva-dor (Corredor Transversal I e II) estão em ritmo muito aquém do previsto.

## ● Cortes 132 mil

foi o total de trabalhadores da indústria da construção civil demitidos em dezembro do ano por causa do desaquecimento do setor e da economia brasileira

## Empresas investigadas já demitiram 12 mil

● Desde o começo do ano, as construtoras envolvidas na Lava Jato já demitiram cerca de 12 mil trabalhadores, especialmente nas obras da Refinaria Abreu e Lima e no Complexo Petroquími-co do Rio de Janeiro (Comperj). Segundo o presidente da Associa-ção Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop), Luciano Amadio, a situação do setor está muito complicada pela Lava Jato e também pelos atrasos nos pa-gamentos de obras de importan-tes programas.

Segundo ele, apesar das nega-tivas do governo federal, há atra-sos em obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Minha Ca-sa, Minha Vida e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A soma desses fatores – Lava Jato e aperto fiscal –, diz, deve resultar em retração e mais demissões. / R.P.

09 FEV 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## HSBC ajudou clientes a esconder dinheiro

Documentos mostram que filial na Suíça abrigou contas ligadas, por exemplo, ao tráfico de drogas; brasileiros eram donos de 6,6 mil contas secretas no banco

Jamil Chade

CORRESPONDENTE / GENEBRA

O banco HSBC de Genebra ajudou cerca de 8,7 mil brasileiros a depositar US\$ 7 bilhões em mais de 6,6 mil contas secretas na Suíça. Os dados fazem parte de documentos que revelam que a instituição bancária teve um papel ativo em facilitar a abertura de contas sem perguntar a origem do dinheiro e que, em muitos casos, ajudou a evadir impostos. No mundo, o banco auxiliou mais de 100 mil clientes a levar para a Suíça suas fortunas, nem sempre declaradas em seus países.

O Brasil aparece com destaque na lista, sendo o quarto país em número de clientes no ranking das nacionalidades que mais usaram o banco e as contas secretas. Entre as personalidades brasileiras citadas pelo documento estava Edmond Saffra, banqueiro falecido em 1999. No mundo, a lista conta com nomes como Fernando Alonso, Emilio Botín, David Bowie, Tina Turner ou o Rei Abdallah, da Jordânia.

A lista inclui desde traficantes de drogas, de armas, ditadores até nomes famosos do mundo da música e do esporte, num total de US\$ 100 bilhões. Os documentos são apenas uma parte do que seria o sistema bancário suíço, duramente criticado por autoridades de todo o mundo por permitir a existência de contas secretas.

Os documentos foram colhidos pelo Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo e revelam a frequência pela qual personalidades viajavam para a Genebra para consultar suas contas e administrar suas fortunas.

### Destaque 100 mil

clientes no mundo foram ajudados pelo banco a levar suas fortunas para a Suíça e o Brasil está na quarta posição da lista dos países com maior número de clientes que usaram o banco

No caso do Brasil, as contas registradas existem desde os anos 70 e perdura até o ano de 2006. Na maior delas, os documentos apontam para mais de US\$ 300 milhões em apenas um nome.

**Crime organizado.** Pelos documentos, porém, o que se revela é que o crime organizado sul-americano usou as contas do HSBC para lavar dinheiro da droga e não se exclui que parte das contas tinha relações com organizações criminosas.

Os papéis foram obtidos a partir de uma lista roubada dos escritórios do banco em Genebra por um ex-funcionário, Hervé Falciani, em 2008, e entregue para as autoridades francesas.

Atingindo todas as partes do mundo, a lista das contas traz pessoas como Gennady Timchenko, um bilionário russo associado ao presidente Vladimir Putin e que hoje é alvo de sanções da União Europeia pela guerra na Ucrânia.

A lista também aponta contas em nome de assistentes do ex-presidente do Haiti, Jean Claude "Baby Doc" Duvalier, e de Rami Makhlouf, um primo e aliado do presidente da Síria, Bashar al Assad.

Outro nome é a de Li Xiaolin, filha do ex-primeiro-ministro chinês Li Peng, responsável pela repressão na Praça Tiananmen, além de príncipes e de membros da monarquia de toda a Europa.

Em uma resposta oficial, o HSBC indica que reconhece que os controles sobre a origem do dinheiro no passado nem sempre foram corretos. Mas garante que, desde 2007, o banco "tomou passos significativos para implementar reformas e expulsar clientes que não atendiam aos padrões HSBC".

Segundo o banco, como resultado disso, a instituição na Suíça perdeu quase 70% de seus clientes desde 2007.

07 FEV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-assessor é indiciado pelo Gaeco

### Marcelo Caramori e outras quatro pessoas teriam cometido crime de favorecimento à prostituição

Viviani Costa  
Reportagem Local

Londrina - O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) concluiu ontem o tercei-

---

**"Semana  
que vem, a  
verdade vai  
aparecer"**

---

ro inquérito que apura fatos relacionados ao crime de exploração sexual. O auditor fiscal da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza, o ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori e três agenciadoras foram indiciados por favorecimento à prostituição. Se condenados, a pena pode chegar a dez anos de prisão.

De acordo com o delegado do Gaeco, Ernandez Cesar Alves, 11 adolescentes com idade entre 14 e 17 anos teriam confirmado a exploração sexual. Todas as vítimas ouvidas revelaram que teriam feito programas sexuais com o auditor Luiz Antônio de Souza. Já o ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori, também conhecido como "Tche-

lo", teria saído com duas adolescentes.

O Gaeco não identificou uma relação direta entre os envolvidos. "Nós não temos nada que comprove que eles saíam juntos. Teve vítima que saiu um dia ou fez programa com um e outro dia que também fez programa com outro", revelou o delegado. Os encontros sexuais teriam ocorrido no final do ano passado.

Alves informou que o auditor fiscal se negou a prestar esclarecimentos durante a apuração dos fatos relacionados ao terceiro inquérito. Marcelo Caramori foi levado até a sede do Gaeco, mas foi orientado pelo advogado a não dar explicações durante o interrogatório. Na saída, o ex-assessor negou envolvimento no crime.

"Semana que vem, a verdade vai aparecer e vocês vão ver que o 'Tchelo' que vocês conhecem não tem nada a ver com isso. Foi montada uma história que vocês estão vendo que é política. Estou tentando descobrir quem está envolvido", declarou rapidamente. Caramori e o auditor fiscal seguem presos na

Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2).

O advogado de Caramori, Leonardo Vianna, afirmou que o ex-assessor vai prestar esclarecimentos apenas à Justiça. "O fato não é violento, não é hediondo, ele nunca teve negócios com prostituição e tem bons antecedentes. Ele é professor de fotografia. Ele deve responder em liberdade", afirmou o advogado. O pedido de revogação da prisão está em análise na 6ª Vara Criminal de Londrina. O advogado Omar Baddauy, que representava o auditor fiscal no primeiro inquérito, informou que deixou o caso. O nome do novo advogado constituído não foi revelado. O caso corre sob sigilo de Justiça.

**CONTINUA**

07 FEV 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### *Ao todo, 13 vítimas foram identificadas*

Londrina - O auditor da Receita Estadual Luiz Antônio de Souza foi preso no dia 13 de janeiro em um motel da Zona Sul da cidade, onde teria agendado um programa sexual com uma adolescente de 15 anos. A agenciadora Carla de Jesus, de 19 anos, também estava presente. Souza e Carla foram presos em flagrante. No carro do auditor havia R\$ 22,5 mil em dinheiro. Ele e a agenciadora foram indiciados por favorecimento à prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável. Souza teve os bens bloqueados e também é investigado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público por improbidade administrativa.

A 6ª Vara Criminal de Londrina, que deu início às investigações, recebeu novas denúncias. Uma adolescente de 13 anos teria confirmado a realização de um programa sexual com o auditor fiscal. Além de Carla, que também teria agenciado o encontro, outra adolescente de 16 anos estaria envolvida no aliciamento. Souza e Carla foram indiciados por estupro de vulnerável.

Novas vítimas surgiram e o ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori foi preso no dia 29 de janeiro. O fotógrafo foi exonerado do cargo ocupado no Governo do Estado logo após a prisão. O terceiro inquirido foi concluído nesta sexta-feira.

Mais de 15 meninas foram ouvidas nos três casos. No total, 13 são consideradas vítimas. O Ministério Público e o Gaeco apuram a existência de uma rede de exploração sexual. "Nós não temos ainda os laudos periciais para concluir se eles se utilizavam de uma rede. Isso ainda é objeto de diligência e o material está sendo analisado", explicou o delegado do Gaeco. Documentos e computadores estão sendo periciados. (V.C.)

07 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Ilusão de sempre

Antes o herói era o ministro Joaquim Barbosa, agora é o juiz Sérgio Moro. E com isso abre-se mais um ciclo de que o País vai ser passado a limpo, enfim renovado em função dos fatos incomuns como a trajetória do mensalão e agora com a Operação Lava Jato. Como a corrupção está assentada organicamente no Brasil, os nervosos advogados das empreiteiras afirmaram que Joaquim Barbosa perto de Sérgio Moro é madre Teresa de Calcutá. Por aí se percebe que até o senso de humor, corroído e doentio, está afetado para traduzir, em suposta sutileza, um exagerado poderio do magistrado que preside a causa, tentando-se transformar um Catão em Calígula.

Depois de uma corrupção sempre vem outra, bem mais assustadora, para nos conduzir ao ceticismo como se deu nos dois episódios referidos. Tucanos festejam os dramas do PT, logo eles que inventaram o mensalão, via Marcos Valério, esquecendo que a qualquer hora vem a cobrança dos chunchos com trens e metrô paulistas, atingindo veneráveis figuras como a de Mário Covas e agora mais recentemente a de José Serra. Por sinal que as linhas cruzaram e esse gênio, revelado pelo Paraná na CC5-Banestado, o Youssef, aparece também nessas operações.

Para cada momento bom da vida brasileira - a derrubada de Collor, a queda do imposto sobre o cheque, a saga dos anões do orçamento, o mensalão e agora a Lava Jato - temos a persistência da mediocridade, da falta de perspectiva, ausência de quadros. Quando lembro, por exemplo, que o jovem Wilson Martins, então com 18 anos (e que seria um dos maiores críticos de literatura) era um dos assessores de Manoel Ribas, lá pelos anos trinta do século passado, me pergunto se há alguém desse porte para o futuro ou o presente com essa expressão nos estafes daqui e de fora.

Só como trocadilho se pode confundir quadros humanos com quadrúmanos.

### Tipificação penal

Já temos configurado e constantemente acionado o crime de formação de quadrilha. As práticas de nepotismo quase criaram um novo delito - o da formação de família para consagrar tradições oligárquicas aqui tão visíveis. Pois agora há uma nova tipificação penal: a da formação de governo.

07 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### 'Youssef teve papel coadjuvante', diz defesa

Rubens Chueire Jr.

*Reportagem Local*

Curitiba - A defesa do doleiro londrinense Alberto Youssef voltou a defender a tese de que o doleiro não passava de um personagem secundário dentro da acusação apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato.

Segundo um dos advogados do doleiro, Adriano Bretas, o que está sendo visto nas audiências de testemunhas de acusação só reforça a tese da defesa. "Tudo está relacionado a um sistema de poder político e econômico, e que o Alberto Youssef não passa de uma peça muito pequena nessa engrenagem. É um papel coadjuvante. E isto está ficando demonstrado a cada depoimento", disse.

"Youssef jamais pode ser tido como mentor ou líder do esquema. Pelo que temos visto, o sistema de corrupção na Petrobras está relacionado com os altos escalões da República", completou Bretas.

O londrinense é réu no processo e, nesta fase, está

comparecendo às audiências como parte interessada. Até a próxima sexta-feira serão ouvidas mais testemunhas de acusação do MPF. Na tarde de ontem ele e os executivos da Camargo Corrêa (Dalton dos Santos Avancini, Eduardo Hermelino Leite e João Ricardo Auler) e da UTC Engenharia (Ricardo Ribeiro Pessoa) foram escoltados da carceragem da PF para a sede da Justiça Federal do Paraná.

Três funcionários da Petrobras foram ouvidos como testemunhas: Marcelino Guedes-Ferreira Mosqueira Gomes, ex-presidente da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; de Gerson Luiz Gonçalves, chefe de auditoria interna da Petrobras; e a ex-gerente da estatal, Venina Velosa da Fonseca.

O advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, que representa o vice-presidente da Camargo Corrêa, Eduardo Leite, afirmou que os depoimentos mostram que está "prova da inocência" do cliente. Por isso, ele espera que o acusado passe a responder em liberdade.

### CLÁUDIO HUMBERTO

#### Palavra de advogado

Advogado do megadoleiro Alberto Yousseff, Antônio Figueiredo Basto considerou "nitroglicerina pura" o depoimento de Pedro Barusco, que acusou o PT de receber até US\$ 200 milhões de propina da Petrobras.

07 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### Tarifa diferenciada vira briga judicial

Curitiba - O imbróglio envolvendo a Urbanização de Curitiba (Urbs), de um lado, e o Ministério Público (MP) e o Procon do Paraná, de outro, por conta da cobrança de tarifa diferenciada no transporte coletivo da Capital, deve parar na Justiça. O promotor Maximiliano Ribeiro Deliberador, da Promotoria de Defesa do Consumidor, e a coordenadora do Procon, Cláudia Francisca Silvano, confirmaram à FOLHA que pretendem ingressar na próxima semana com uma ação civil pública contra o município.

Além de, desde ontem, haver preços distintos nas linhas urba-

nas para pagamento à vista, de R\$ 3,30, e via cartão, de R\$ 3,15, eles questionam o fato de a recarga ser feita em dinheiro, e não mais em número de passagens, como ocorria em 2014. Os dois órgãos estaduais consideram ilegal, ainda, a existência de um prazo de validade de 30 dias para a utilização dos créditos com o valor antigo, de R\$ 2,85.

“Fizemos duas reuniões e não foi possível um acordo por intransigência da Urbs. Cedemos na vontade deles de manter a cobrança diferenciada por três meses, até se unificar

a tarifa. Mas havia um ponto mais grave, que era a venda de créditos ao invés de bilhetes. Antes, o usuário adquiria dez bilhetes e fazia dez viagens. Hoje, ele antecipa um dinheiro para o município e, quando há aumento, não tem o retorno”, criticou Deliberador.

Ele também frisou que o MP não é “contra o desconto” de R\$ 0,15, como afirma a gestão do prefeito Gustavo Fruet (PDT): “Tentamos definir a passagem em R\$ 3,15, sem esse acréscimo para quem paga em dinheiro. O mu-

nicipio leva em conta que a utilização de cartão será muito maior. Então, na verdade, es-

tá é fazendo um acréscimo para quem paga em dinheiro”.

A Urbs, porém, informou que manterá a tarifa em R\$ 3,30, “com desconto de 15 centavos para pagamento à vista”, porque considera a medida legal. A assessoria de imprensa do órgão argumentou que a cobrança diferenciada acontece em outras cidades e que a Urbs só irá voltar atrás na decisão se a Justiça der ganho de causa ao MP e ao Procon. Neste caso, porém, todos os usuários teriam de pagar o valor integral da passagem. (M.F.R.)

---

*MP atribui  
falta de acordo  
a “intransigência”  
da Urbs*

---

08 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **MPF pede apoio aos Estados Unidos**

Um grupo de integrantes do Ministério Público Federal liderado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vai aos Estados Unidos para pedir apoio das autoridades americanas nas investigações da Operação Lava Jato. Como o departamento de Justiça Americano e o órgão local regulador de mercados de capitais estão apurando as fraudes na Petrobras, o grupo de procuradores irá pedir informações sobre o que está sendo apurado em solo americano para auxiliar nas investigações de desvios na estatal. Além de Janot, a comitiva terá a participação do procurador Vladimir Aras, secretário de cooperação internacional da PGR (Procuradoria-Geral da República), e de integrantes da força tarefa da Lava Jato, como Deltan Dallagnol e Marcelo Muller. Além das questões relativas à Lava Jato, Janot terá reuniões no Banco Mundial para tentar ampliar a fiscalização em contratos da instituição financeira com parceiros no Brasil. O grupo retornará ao país na próxima quinta-feira.

09 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Dois servidores conseguem

## reaver progressões

**Justiça anulou portarias da Câmara Municipal de Londrina que impediam funcionários de receber pagamento de benefícios por conhecimento**

Loriane Comeli

Reportagem Local

**A** Justiça de Londrina anulou portarias da Câmara Municipal (CML) que impediam dois servidores de receber progressões por conhecimento, concedidas a partir de 2004, quando foi aprovado o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Legislativo.

Uma das decisões foi proferida pelo juiz substituto da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcus Renato Nogueira Garcia, no último dia 14 e se refere a uma advogada que recebeu promoções em 2005, 2006, 2007 e 2010, após apresentar certificados de conclusão de vários cursos.

Para o magistrado, a decisão da presidência da CML "não ponderou se os cursos desconsiderados eram, em sua essência, correlatos ou não com as atividades da Câmara". "Limitou-se, em verdade, em considerar desarrazoado e incoerente as respectivas concessões", escreveu Garcia.

A servidora fez dois cursos de especialização na Universidade Estadual de Londrina nas áreas de Direito Administrativo e Direito Tributário, um de gestão pública com ênfase em administração municipal e os demais eram cursos de atualização jurídica, os quais, para o juiz "apresentam nítida intimidade com o cargo exercido pela autora (advogada)".

Em dezembro passado, o juiz Marcus Garcia já havia suspenso desconto de uma servidora do setor financeiro também por entender que os cursos tinham relação com a função desempenhada no Legislativo. Na mesma época, o mesmo magistrado também negou pedido semelhante de um analista de informática, que não conseguiu demonstrar a correlação entre os cursos e função na Câmara.

### DECADÊNCIA

No segundo caso, trata-se de servidor que obteve 22

graus de progressão por conhecimento em 2004, 2005 e 2010 com base em certificados de três cursos: especialização em direito empresarial, curso de extensão em direito do estado e cidadania e curso preparatório para concurso.

Quanto aos dois primeiros, o juiz titular da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, em decisão proferida em 29 de janeiro, entendeu que a pretensão de anulação das portarias que concederam as progressões está "fulminada pela decadência", ou seja, expirou o prazo para eventual revisão do benefício. Ele se baseou em entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que estabelece prazo de cinco anos para reaver atos em que não haja má-fé.

Em relação à terceira portaria, editada há menos de cinco anos, o juiz manteve a decisão da CML, argumentando que não cabe ao Judiciário analisar o mérito de ato administrativo. Cabe recurso à Câmara.

**CONTINUA**

09 FEV 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### O CASO

A investigação acerca de progressões indevidas na CML começou em março de 2013. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público recomendou a suspensão do pagamento dos benefícios, especialmente, porque, em muitos casos, os cursos não têm qualquer relação com a função desempenhada. Em setembro do ano passado, o então presidente da Câmara, Rony Alves (PTB), anulou progressões concedidas a 54 servidores.

07 FEV 2015

# IMPACTO PARANÁ CONDENADO!

Conselheiro sub-júdice do Tribunal de Contas do Paraná, Fabio Camargo continua cada vez mais distante de uma volta ao cargo diante das situações vexatórias que podem comprometer a própria imagem da instituição se voltar a contar entre seus pares com um condenado pela Justiça.

Desta vez a condenação, com data de 16 de Janeiro último, refere-se aos Autos nº 0 0 0 7 7 4 9 - 30.2012.8.16.0001, decisão da Juíza Fernanda Bernert Michelin, da 3ª Vara Cível de Curitiba-PROJUDI, referente a uma Ação Indenizatória movida pelo Juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, que foi julgada Procedente e através da qual Fabio Camargo foi condenado ao pagamento de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) ao citado Juiz e autor da ação, a título de danos morais, com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ), segundo o índice da média do INPC/IBGE, a ser apurado em sede de cumprimento de sentença por simples cálculo.

O réu Fabio Camargo foi, ainda, condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% do valor da condenação, nos termos do art.20, Parágrafo 3º do CPC.

## MOTIVOS

Os motivos desta Ação Indenizatória pela qual foi condenado o Conselheiro sub-júdice do Tribunal de Contas, Fábio Camargo, tem origem em uma Comissão

Parlamentar de Inquérito instaurada pela Assembleia Legislativa do Paraná, a fim de investigar procedimentos falimentares do Estado, averiguação esta que desencadeou uma sequência de alegações disparates contra a idoneidade do Juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo.

O autor desta Ação Indenizatória, na qual obteve sucesso, resgatando sua imagem perante a opinião pública, foi uma figura exposta perante a mídia por meio de declarações fantasiosas e que degradaram sua honra, motivo que propôs esta demanda.

Cite-se, ainda, que determinadas declarações do então deputado feriram os magistrados e a própria atuação ministerial, com o ex-deputado aproveitando-se, inclusive da sua imunidade parlamentar.

Tendo acusado de forma descabida o Juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo de liderar uma organização criminosa, o deputado se excedeu seguidamente em sua prerrogativa parlamentar, inclusive induzindo a outros companheiros parlamentares a assim procederem como se Fabio Camargo fosse o infalível dono da verdade.

Inclusive, em entrevista na CBN de Cascavel, o deputado passou da conta e ocupando o veículo de comunicação se imaginou ter ali também a imunidade para dizer o que bem quisesse, situação que se alongou com acusações a outros Juizes e a uma família que supostamente teria sido beneficiada pelas ações judiciais falimentares.

Atacando, também, a Associação dos Magistrados, o então deputado Fabio Camargo passou da conta em termos de imunidade parlamentar, uma vez que a mes-

ma não pode ser utilizada para dar respaldo a abusos e irresponsabilidades, não cobrindo desavenças pessoais que possam animar o parlamentar como de fato aconteceu na oportunidade.

Atacando inclusive a família do magistrado, Fabio Camargo, acusando a existência de uma organização criminosa que em momento algum conseguiu provar, usando sempre um discurso de subjetividades para atacar a honra do autor desta Ação Indenizatória.

## CONSTRANGIMENTO

Face a nova situação que, infelizmente, faz lembrar o Tribunal de Contas do Paraná, instituição da qual fazia parte ativamente o ex-deputado, eleito Conselheiro do mesmo através polêmico processo ainda em apreciação na Justiça, o clima de constrangimento se amplia para os demais integrantes do mesmo.

A condição de sub-júdice ainda mantém sob altos salários o conselheiro em questão que recebe sem trabalhar, mantendo, inclusive, equipe de confiança às custas do erário público, enquanto tramitam na Justiça situações que deveriam, pela lógica, punir, também, todos os atos que envolvem o mesmo e sua condição de ex-titular de um órgão tão representativo.

Condenado a pagar agora uma indenização por danos morais, na ordem de R\$ 30 mil reais, Fabio Camargo deixa clara a imagem de que o Tribunal de Contas não pode contar com referências deste tipo e que constroem a própria instituição e seus integrantes.

O resgate de imagem do Juiz Marcel Guimarães Rotoli de Macedo, mostra a opinião pública a necessidade de parlamentares como Fabio Camargo, serem punidos de forma exemplar para que não se imaginem donos da verdade.

**CONTINUA**

07 FEV 2015

# IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO



Fábio Camargo



Marcel Guimarães Rotoli de Macedo